

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER E PSICOLOGIA CRÍTICA: DIÁLOGOS E CONSTRUÇÕES A PARTIR DA OBRA DE JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Camila Brüning¹

INTRODUÇÃO

A Teoria da Economia Política do Poder (EPP) é uma teoria crítica de caráter multidisciplinar do campo dos estudos organizacionais que vem sendo desenvolvida pelo professor José Henrique de Faria como resultado de suas investigações sobre relações de poder e mecanismos de controle na gestão do processo de trabalho nas unidades produtivas desde o ano de 1978 (Faria, 2014).

A proposição consolidada da teoria da EPP ocorreu, conforme o professor Faria (2014), concomitantemente à criação do grupo de pesquisa denominado de Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (EPPEO) no ano de 2002, quando se deu a primeira revisão, organização e sistematização desta trajetória de pesquisa.

A publicação sistematizada da EPP em forma de livro se deu no ano de 2004, com a publicação dos três volumes da obra “Economia Política do Poder”. A teoria da EPP

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. <http://lattes.cnpq.br/0344682572379848>. <https://orcid.org/0000-0003-3869-3917>. camila.bruning@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia. Praça Santos Andrade, Centro, Curitiba, PR, Brasil. CEP: 80020-300. Telefone: (55 41) 33102625.

vem desde então sendo permanentemente revisada e reorganizada, como se pode verificar na 2ª. edição da mencionada obra, publicada no ano de 2008, e, mais recente na obra "Poder, Controle e Gestão" publicada no ano de 2017 (Faria, 2017).

A EPP foi desenvolvida pelo professor Faria inicialmente apoiada na referência teórica e sob orientação do Professor Maurício Tragtenberg. Seus estudos tem como linhas orientadoras iniciais o materialismo histórico; passam a tomar como referência produções da Teoria Crítica Frankfurtiana, especialmente da primeira e terceira gerações; e posteriormente incorporam também reflexões no campo da psicossociologia. Faria (2014) esclarece que nessa construção de referências, ele retorna a um materialismo histórico não ortodoxo e chega a definição de uma epistemologia crítica própria denominada de Epistemologia Crítica do Concreto (Faria, 2014).

Percebemos assim como a psicologia está presente desde o início na construção da teoria da EPP. A Teoria Crítica Frankfurtiana está associada a produção de filósofos da chamada Escola de Frankfurt, pesquisadores que se vinculavam ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, que tomavam como objetivo de investigação as formas de organização e consciência dos trabalhadores, e adotaram como referenciais teóricos construções de múltiplas disciplinas, dentre elas a da psicologia e psicanálise, e realizaram proposições teóricas que conversam estas disciplinas com o marxismo (Adorno, 2015). Já quanto à psicossociologia, verificamos que o professor Faria estabelece ao longo de sua obra aproximações com a Psicossociologia Francesa, um ramo da psicologia social que propõe a atuação junto a grupos, organizações e instituições por meio de análise e intervenção baseadas no método e teoria psicanalítica (Enriquez *et al.*, 1994).

Para além dos diálogos e construções com a psicologia que já estão presentes em toda a construção teórica da EPP conforme vem sendo desenvolvida pelo professor Faria, busco neste artigo evidenciar a influência do trabalho do Professor José Henrique de

Faria, e da EPP, na formação, pesquisa e atuação de psicólogos que buscam trabalhar com uma psicologia crítica e/ou com uma crítica da psicologia.

Para isso, neste artigo, além dessa breve apresentação do que é a teoria da EPP, apresento: uma contextualização e entendimento do que seja psicologia crítica; uma revisão de pesquisas desenvolvidas por psicólogos participantes do grupo de pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (EPPEO) desenvolvidas sob orientação ou em co-autoria com o professor Faria e que dialogaram EPP com diferentes abordagens críticas em psicologia, destacando seus problemas de pesquisa, campos empíricos e que abordagens da psicologia tem sido tensionadas em diálogos com a EPP; os principais aportes conceituais da EPP utilizados nestas reflexões; e algumas considerações sobre construções atuais e desafios futuros.

O QUE É PSICOLOGIA CRÍTICA?

Thomas Teo (2015), psicólogo e professor de Estudos Históricos, Teóricos e Críticos de Psicologia na Universidade de York, em Toronto, Canadá, especialista nos campos da psicologia crítica e da psicologia teórica, afirma que psicologia crítica tornou-se um movimento efervescente e internacional nas últimas cinco décadas, com psicólogos que se identificam como críticos emergindo em todo o mundo com publicações e contribuições, tanto teóricas quanto práticas, em muitas áreas da psicologia.

Conforme Teo (2014), não existe atualmente uma definição clara do que seja psicologia crítica, mas sim diversos entendimentos: (i) para alguns psicólogos, a psicologia crítica seria aquela que objetiva realizar a análise da psicologia no contexto das relações de poder, incluindo o poder da própria psicologia, como disciplina e como prática, e as influências que exerce nos processos de subjetivação. (ii) Para outros, a psicologia crítica trata de reconhecer e analisar a integração da vida mental humana – ou subjetividade – e suas conceituações, com dimensões de análise mais amplas tais como

a sociedade, história ou cultura. (iii) Ainda outros argumentam que psicologia crítica é principalmente uma prática, na qual os psicólogos deveriam dar primazia à práxis sobre a teoria. Sendo o termo práxis entendido no contexto de emancipação, libertação ou resistência. (iv) Alguns argumentam que psicologia crítica trata sobre a desconstrução da psicologia convencional, proporcionando conceitos, teorias e práticas alternativos, novos e melhores. (v) Há ainda outros que argumentam que a psicologia crítica, como ciência e profissão humanas, seria aquela orientada especificamente pelos valores de justiça social, igualdade, solidariedade e liberdade. (vi) Finalmente, existem argumentos de que a psicologia crítica trata de de(s)colonizar a psicologia tradicional e desafiar o *status quo* (Teo, 2014).

Quanto ao embasamento teórico, tem-se que este também não é um elemento capaz de trazer uma identidade e definição do que seja uma única psicologia crítica. Conforme Teo (2014) há uma grande variedade de compreensões a respeito do que “crítico” pode significar. O autor destaca trabalhos que se identificam como críticos a partir de diversas abordagens teóricas tais como marxismo, psicanálise, teoria crítica, fenomenologia e hermenêutica, feminismo, construcionismo social, antipsiquiatria, anarquismo, teoria do caos, teoria crítica de raça e da deficiência, teoria *queer*, psicologia comunitária, psicologia da libertação, psicologia de(s)colonialista, teoria pós-colonial, pós-estruturalismo, e outras abordagens tidas como não convencionais.

Dada à multiplicidade de objetos e referenciais teóricos verifica-se a heterogeneidade da área que se chama aqui de psicologia crítica.

Traçando o que denomina de uma geografia do engajamento intelectual e resistência em psicologia, em âmbito mundial, Thomas Teo (2015) apresenta uma visão geral de tendências atuais neste campo heterogêneo e elucida várias de suas diferentes fontes históricas e princípios teóricos. Para o autor, embora sob o rótulo de “psicologia crítica” coexistam diversas abordagens com distintos embasamentos teóricos e metodológicos,

pode-se identificar alguns eixos comuns das discussões em seus trabalhos, dentre os quais o autor destaca: discussões sobre (i) a relação entre a subjetividade individual e a sociedade, (ii) sobre o papel do poder na/da psicologia, (iii) sobre como se dá a subjetivação/individualização, (iv) sobre a importância da reflexividade e da intersubjetividade no contexto das práticas de pesquisa, (v) sobre as metodologias de mudança social em diferentes contextos e (vi) sobre posições ético-políticas a partir das quais psicólogos críticos atuam.

Christian Dunker (2018), psicanalista brasileiro, professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, ao buscar apresentar sobre a origem da psicologia, argumenta se tratar de um campo heterogêneo e contraditório, construído a partir de diferentes escolas.

Para o Dunker (2018), é possível tomar como chave de compreensão para um mapeamento dessas diferenças na psicologia a forma como psicólogos respondem à seguinte pergunta: a psicologia nasce como uma ciência do indivíduo, das faculdades mentais, com uma noção de indivíduo enquanto um ser autônomo. Seria esse entendimento de indivíduo suficiente para dar conta das questões reais concretas que as pessoas enfrentam e que estão na raiz do seu sofrimento cotidiano?

Conforme o autor, as possibilidades de resposta afirmativa ou negativa a esta questão dividiriam duas abordagens em psicologia: uma que considera ideológica, que adota uma definição de indivíduo abstrata e genérica; e outra, crítica.

Dunker (2018) esclarece que uma psicologia chamada crítica, (i) atua na desconstrução e na promoção de visibilidade dos processos de subjetivação/individualização na modernidade; (ii) busca mostrar as origens da desigualdade entre as pessoas nas relações humanas, tais como as formas pelas quais se originam as diferenças de gênero, de raça, explicando a origem das diferenças nas tensões sociais e não em

características individuais naturalizadas; (iii) também busca constantemente analisar e revelar como a psicologia, enquanto ciência, teoria, profissão, prática, entre outros, está dominada por sistemas de ideias, que pensam o indivíduo reproduzindo ideologias de classe.

Conforme Dunker (2018) a psicologia crítica seria, portanto, **uma psicologia que se apresenta como uma atividade permanente de crítica.**

Isso significa: uma psicologia que é entendida como uma crítica permanente dos modos hegemônicos de ser, amar, pensar, falar, produzir, em oposição a outras formas de psicologia, que sancionam, referendam, naturalizam certas diferenças sociais que seriam relevantes e decisivas das constituições dos sujeitos (Dunker, 2018).

Conforme Dunker (2018) essas duas psicologias, como crítica ou como ideologia, estariam permanentemente atravessadas pela orientação ética – sendo o fazer ético da crítica aquele que visa levar a transformações baseadas na assunção de que relações de poder perpassam as formas de viver cotidianas, buscando considerar suas implicações. Ainda conforme Dunker (2018) a psicologia crítica tem dado especial atenção às posições ocupadas pelos sujeitos de classe, gênero e raça, e em muitas abordagens (mas não em todas) também suas posições discursivas². Conforme o autor, a análise de discurso tem sido utilizada como chave de interpretação em diversas abordagens da psicologia crítica, buscando compreender a posição discursiva dos sujeitos, visando intervenções transformativas na cultura e nos modos de estar com o outro.

² A análise de discurso é uma característica presente em diversas abordagens em psicologias que se denominam críticas, mas não uma característica definidora do que seja Psicologia Crítica. Há várias psicologias que também se denominam críticas que não atribuem o mesmo foco ao discurso, nem incluem análises de discursos em seus procedimentos metodológicos. Além disso, dentre as psicologias que utilizam análise de discurso, há diferentes propostas. Para uma apresentação de diferentes concepções de análise de discurso em estudos organizacionais, ver o trabalho de Faria (2015b). Para uma apresentação de diferentes concepções de análise de discurso em psicologia, ver o trabalho de Conceição Nogueira (2008). Para um exemplo de proposta de análise de discurso, ver “Análise Lacaniana de Discurso” de Lara Junior, Dunker e Pavón- Cuellar (2019).

Fernando Lacerda Junior (2013), psicólogo brasileiro, membro da Associação Brasileira de Psicologia Política e professor adjunto no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Goiás apresenta uma definição de psicologia crítica como um termo guarda-chuva que abarca diversas propostas que buscam a crítica da sociedade e/ou da psicologia. Conforme o autor a psicologia crítica tem contornos próprios no Brasil, sendo um deles o fato de que até o início dos anos 2000 o termo “psicologia crítica” era raramente utilizado em publicações nacionais, ainda que diversas abordagens teórico-práticas aqui existentes tivessem também essas características.

Segundo o autor “é comum encontrar denominações como análise institucional, psicologia da libertação, psicologia do oprimido, psicologia institucional, psicologia marxista, psicologia política, psicologia sócio-histórica, psicossociologia, etc. O termo “psicologia crítica” é muito recente e, ainda, pouco adotado” (Lacerda Junior, 2013, p. 217), e complementa o autor que, ao se falar da psicologia crítica no Brasil, está-se utilizando um termo que não foi muito utilizado por aqueles que construíram essa história.

Lacerda Junior (2013) apresenta a questão de se a apropriação que tem ocorrido nos últimos cerca de 20 anos do termo “psicologia crítica” no Brasil seria uma expressão do desdobramento de perspectivas críticas das psicologias brasileiras ou se seria uma manifestação de uma tendência latino-americana de reproduzir ideias e práticas dos centros de pesquisa norte americanos e europeus. Para o autor é possível que o uso do termo no Brasil expresse ambas as tendências, caracterizando um conjunto heterogêneo de ideias e práticas psicológicas.

No presente artigo considero esta reflexão apresentada por Lacerda Junior (2013) e utilizo o termo psicologia crítica de forma ampliada abarcando os seguintes entendimentos: quando digo que o objetivo do artigo é estabelecer diálogos entre construções em EPP e formulações da psicologia crítica, refiro-me ao fato de que (i)

parte dos diálogos que tem sido estabelecidos por psicólogos que participam do grupo de pesquisa chamado Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (EPPEO), entre a teoria da EPP e psicologia crítica conversa com proposições de autores que utilizam essa denominação tais como Teo (2014; 2015), Parker (2014), entre outros; (ii) ao mesmo tempo, parte dos diálogos que realizados tencionam a EPP com abordagens que consideramos críticas em psicologia por suas características, ainda que elas não se autodenominem como tal.

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER E PSICOLOGIA NO GRUPO EPPEO

Desde o ano de 2002 o Professor José Henrique de Faria lidera o grupo de pesquisa denominado Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (EPPEO). O grupo de pesquisa é registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela instituição Universidade Federal do Paraná (UFPR) (EPPEO, 2021).

Estando alocado na unidade Setor de Ciências Sociais Aplicadas, na área predominante de Ciências Sociais Aplicadas – Administração, o grupo conta com a participação de pesquisadores e estudantes em nível de doutorado, mestrado, especialização e graduação de diversas áreas de atuação, dentre eles diversos psicólogos³ (EPPEO, 2021).

As pesquisas e discussões realizadas por estes psicólogos têm considerado o embasamento teórico na Economia Política do Poder (EPP) proposta pelo Professor José Henrique de Faria em construções com diferentes identificações teóricas que

³ No período de produção deste artigo, março de 2021, o grupo de pesquisa EPPEO conta com 51 participantes sendo 15 pesquisadores, 27 estudantes, oito técnicos e um colaborador estrangeiro. Além destes o grupo tem registro de mais 72 participantes egressos, o que nos permite identificar mais de 123 pesquisadores e estudantes que participaram de construções do grupo ao longo de quase 20 anos.

mantém entre si a semelhança de se colocarem como abordagens críticas em psicologia.

Esses diálogos entre EPP e diversas abordagens críticas em psicologia têm ocorrido nas várias linhas de pesquisa do grupo, mas é principalmente tomada como central na linha de pesquisa intitulada “Organizações, Trabalho e Subjetividade”, recentemente rebatizada de “Sociedade, Trabalho e Subjetividade” (EPPEO, 2021), que estabelece como objetivo:

Estudar as relações objetivas e subjetivas do processo social de produção e de reprodução das condições de existência - com atenção ao trabalho - em seus aspectos sociais, organizacionais e psíquicos, especialmente referentes à alienação, à constituição da identidade, aos vínculos, ao laço social, à submissão e resistência (ou às estratégias defensivas) ao instituído, às vivências de prazer e sofrimento, (adoecimento físico e emocional), aos critérios de justiça e reconhecimento social. (EPPEO, 2021)

Nessa linha de pesquisa tem se discutido temas como: (i) Controle e Sequestro da Subjetividade; (ii) Alienação Política e Psíquica; (iii) Preconceito, Discriminação e Assédios; (iv) Critérios de Justiça e Reconhecimento Social; (v) Saúde, Doença e Sofrimento; e (vi) Psiquismo, Subjetividade e Subjetivação (EPPEO, 2021).

Nos quase vinte anos de trabalho do grupo de pesquisa EPPEO esses diálogos entre EPP e abordagens críticas em psicologia tem se formalizado na forma de artigos publicados em periódicos científicos, teses, dissertações, monografias e trabalhos de iniciação científica, bem como em projetos, cursos e eventos de extensão nos quais se tem realizado grupos de estudo sobre a temática. Inicialmente as orientações de trabalhos que conversam EPP e psicologia foram realizadas pelo professor Faria, e ao longo do andamento do grupo vários pesquisadores, muitos deles formados pelo professor, passaram também a orientar estudantes de psicologia no grupo.

Não sendo possível apresentar todos esses trabalhos, me aterei nos parágrafos seguintes a apresentar os trabalhos que foram desenvolvidos por psicólogos orientados ou em co-autoria com o professor Faria e que dialogaram EPP com diferentes abordagens críticas em psicologia, buscando destacar os problemas de pesquisa, campos empíricos e abordagens da psicologia que tem sido tensionadas nesses diálogos⁴. Organizarei esta apresentação agrupando esses trabalhos em três tipos de pesquisas que têm sido realizadas no âmbito do grupo EPPEO: (i) análises críticas de práticas organizacionais; (ii) análises críticas sobre a Universidade pública e seu lugar na sociedade capitalista; (iii) análises críticas de teorias organizacionais.

ANÁLISES CRÍTICAS DE PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS

A análise crítica de prática(s) organizacional(ais) é um tipo de pesquisa presente nas práticas de psicólogos membros do grupo EPPEO desde a sua formação em 2002.

Destacam-se nesse sentido os trabalhos inaugurais das psicólogas, pesquisadoras e professoras Elaine Cristina Schmitt Ragnini (2003) e Lis Andréa Pereira Soboll (2003), dissertações de mestrado orientadas no programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal do Paraná (UFPR) pelo professor Faria e defendidas no ano de 2003, um ano após a constituição do grupo EPPEO.

Na dissertação da professora Elaine (Schmitt Ragnini, 2003), a questão tomada para estudo é a do controle social, do vínculo e da subjetividade em uma unidade produtiva capitalista multinacional, uma indústria metalúrgica, o desenho de pesquisa utilizado é o estudo de caso, e o referencial teórico aqui adotado propõe embasamento na EPP e no referencial psicanalítico. O trabalho investiga como os vínculos entre sujeitos e a

⁴ A identificação dos trabalhos foi realizada via informações disponíveis na plataforma Lattes, em março de 2021. Dado que os currículos dos pesquisadores pode não conter todas as informações ou não estar atualizado, ressalta-se que a revisão aqui apresentada pode não ter identificado todos os trabalhos realizados por psicólogos orientados por ou em coautoria com o Professor Faria.

organização se caracterizam como controle social. O vínculo é entendido como um processo psicológico e subjetivo, e as conclusões apontam como a organização atua nesse nível estabelecendo e mantendo uma relação estável com o indivíduo, submetendo-o a sua ordem, sendo os vínculos instituídos entre indivíduo e organização tanto formais e psicológicos. No trabalho, a análise das formas de controle toma como referencia a teoria da EPP, com destaque para suas referencias na Teoria Crítica e na Psicossociologia. Temos aqui, portanto uma pesquisa que se apresenta como uma análise crítica de práticas organizacionais, cujo campo empírico é uma unidade produtiva capitalista da indústria metalúrgica, e o desenho de pesquisa é o estudo de caso, e cujo referencial teórico dialoga EPP, psicossociologia e psicanálise.

Na dissertação da professora Lis Andréa (Soboll, 2003) a questão tomada para estudo é a das formas de controle psicossocial presentes nas relações e nos processos de produção e a exploração do trabalhador, profissional de enfermagem, em uma unidade produtiva capitalista brasileira: um hospital privado. Nesta investigação também o desenho de pesquisa adotado é o estudo de caso. O referencial teórico propõe embasamento na EPP principalmente na teoria do controle e nas categorias de controle psicossocial delineadas por Faria (2008c), em diálogo com a psicossociologia (trabalhos de E. Enriquez e M. Pagés) e psicodinâmica do trabalho (trabalhos de C. Dejours).

Assim como no trabalho de Schmitt Ragnini (2003), no trabalho de Soboll (2003) também verificamos uma pesquisa que se apresenta como uma análise crítica de práticas organizacionais, cujo campo empírico é uma unidade produtiva capitalista, nesse caso: um hospital particular de grande porte. De forma semelhante o desenho de pesquisa é o estudo de caso, o referencial teórico dialoga EPP, psicossociologia e psicodinâmica do trabalho, teorias que continuam sendo dialogadas pela autora em seus trabalhos posteriores.

Além das mencionadas dissertações e dos trabalhos produzidos em co-autoria por Faria e Schmitt (2007) e Faria, Schmitt e Meneghetti (2007), que analisaram o trabalho na indústria metalúrgica e o imaginário vigiado nas organizações; e de Faria e Soboll (2007), que toma como foco o trabalho de enfermeiros em hospital particular, outras análises críticas de práticas organizacionais foram desde então desenvolvidas por psicólogos participantes do grupo EPPEO em co-autoria com o professor Faria.

Exemplos podem ser encontrados nos trabalhos de Brüning (2010), Brüning e Faria (2013) e Brüning, Faria e Marques Junior (2020), produções que são resultado de estudo de caso também em uma unidade produtiva capitalista, uma linha de produção da indústria automotiva, e que tomou como referencia teórica a EPP, a psicossociologia e a psicodinâmica do trabalho.

Outros exemplos de análises críticas de práticas organizacionais desenvolvidas por psicólogas participantes do grupo EPPEO sob orientação do professor Faria podem ser encontrados nos seguintes trabalhos: na dissertação de mestrado de Tais Andrade Targa (2006), que realiza um estudo de caso, com profissionais de telecomunicação, com referencia em EPP e psicossociologia; também na dissertação de Rafaela Meyer de Moraes (2012), que realiza um estudo de caso com professores, com referencia em EPP, psicossociologia e psicodinâmica do trabalho.

Também são representativos desta forma de pesquisa os trabalhos de Amanda de Vasconcelos e Faria (2007; 2008) que analisam a prática organizacional de gestão da saúde mental no trabalho em uma organização de grande porte, do setor de educação de ensino superior. O tipo de estudo realizado aqui também é o estudo de caso, o embasamento teórico adotado é do da EPP, em diálogo com a psicanálise, seguindo a proposta da Escola de Frankfurt, especialmente o trabalho de Eric Fromm, bem como com a psicossociologia e a psicodinâmica do trabalho. As conclusões dos estudos apontam contradições existentes nas estratégias organizacionais adotadas para gestão

da Saúde Mental no Trabalho: que identificam ser caracterizada por ações de saúde baseadas em intervenções pontuais, paliativas e relacionadas aos sistemas de controle e disciplina da organização, encobrindo limitações desse sistema e atuando no sentido de amenizar insatisfações dos trabalhadores em relação a efeitos da forma como o trabalho se encontra organizado, não caracterizando um compromisso com a saúde do trabalhador.

Também se encontra exemplo de análise crítica de práticas organizacionais no trabalho de Regatieri, Faria e Soboll (2014), no qual é realizada uma análise crítica de programas de trainee, a partir da análise de 14 campanhas de divulgação de programas de trainee de empresas consideradas “melhores para se trabalhar”. A referência teórica utilizada neste trabalho também é a da EPP em diálogo com a psicossociologia. Este trabalho, diferentemente dos anteriormente apresentados, traz um exemplo de uma análise que não toma como campo empírico uma única organização, e sim uma prática de gestão realizada por diversas organizações, às quais se pode ter acesso concretamente pelo que declaram em suas campanhas de divulgação. Tomam-se como elemento de investigação esses artefatos, produzidos nas organizações, para, então, analisá-los.

Outro exemplo são os trabalhos de Tezza Magnin e Faria (2018) e Tezza Magnin, Faria, Camargo e Takahashi (2020), que analisam o trabalho dos professores atuantes na pós-graduação em universidades federais e as cobranças por produtividade. Diferentemente dos trabalhos até aqui apresentados, estas investigações embasam suas análises nas referências teóricas da EPP em diálogo com construções da Psicologia Histórico Cultural, principalmente no trabalho de Vigotski. Outro diferencial, em relação aos trabalhos anteriormente apresentados: aqueles tomam como campo empírico unidades produtivas capitalistas, especificamente empresas, tipo de organização cujo objetivo é a geração de lucros, aqui o campo empírico é a universidade pública, federal, que não é uma empresa, mas uma organização de realização de atividade pública de interesse e designio do Estado.

A partir desses exemplos é possível caracterizar que análises críticas de práticas organizacionais realizadas por psicólogos participantes do grupo EPPEO tem: (i) privilegiado como desenho de pesquisa o estudo de caso; (ii) adotado como procedimentos metodológicos estratégias de acesso a informações, interpretação e análise prioritariamente qualitativas, mas também quantitativas; (iii) privilegiado como campo empírico as unidades produtivas capitalistas (empresas), embora desenvolvam também a análise de práticas organizacionais em organizações não empresariais, organizações do Estado, tais como a universidade pública; (iv) quanto às abordagens da psicologia que tem sido dialogadas com a EPP, verificamos a presença da Psicossociologia, Psicodinâmica do Trabalho e também da Psicologia Histórico Cultural.

ANÁLISES CRÍTICAS SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA E SEU LUGAR NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Diferentemente dos trabalhos até aqui apresentados, que são análises críticas de práticas organizacionais, existem trabalhos sendo realizados por psicólogas participantes do grupo EPPEO que se caracterizam como análises críticas sobre a Universidade pública e seu lugar na sociedade capitalista contemporânea. São exemplos neste sentido as produções de Ferrarini (2005), Ferrarini e Faria (2013) e Faria e Walger (2020).

Desde pelo menos o ano de 2005, a psicóloga, pesquisadora e professora Norma da Luz Ferrarini (Ferarini, 2005, Ferrarini & Faria, 2013), vem desenvolvendo trabalhos na área de psicologia, educação e subjetividade tendo como objeto de análise a Universidade pública. Em suas construções, a professora tem realizado diálogos entre a EPP, materialismo histórico dialético, psicologia social crítica, e a perspectiva da Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade proposta por Fernando González Rey.

Em sua tese de doutorado em educação orientada pelo professor Faria (Ferrarini, 2005) e em trabalhos posteriores (Ferrarini & Faria, 2013) a questão tomada para estudo é o acesso à universidade pública e o perfil socioeconômico educacional dos candidatos, analisando o acesso em relação ao sistema de cotas, sob o enfoque do materialismo histórico dialético, confrontado com o processo de globalização e reestruturação produtiva que caracteriza a lógica sociometabólica do atual estágio do capitalismo. A autora analisa três categorias: "situação socioeconômica", a "inserção no mundo do trabalho", e a "condição escolar" concluindo que o desempenho no vestibular e a escolha do curso estão associados a essas condições socioeconômicas e educacionais dos candidatos, evidenciando existir uma pré-seleção anterior ao próprio vestibular, e identificando que população mais pobre sequer se inscreve no processo seletivo, e que em cursos mais concorridos, inscrevem-se e são aprovados em maior proporção candidatos originários de escola particular, provenientes de famílias de elevada renda; e que não necessitam trabalhar durante o curso universitário. As conclusões apresentadas pela pesquisadora são as de que a o discurso existente na sociedade brasileira de que a universidade pública é elitista leva a uma estigmatização da Universidade enquanto as explicações para esse fenômeno se encontram nas relações sociais anteriores presentes na sociedade brasileira, da qual a universidade é parte constitutiva, mas não única, assim a autora conclui que na universidade também se manifesta um espaço de contradição, de contrapoder e de resistência à reprodução sociometabólica do capitalismo.

O lugar da Universidade pública também é analisado criticamente por Faria e a psicóloga, professora e pesquisadora Carolina de Souza Walger (Faria & Walger, 2020) trabalho no qual buscam analisar ser esse lugar o referência social ou fator de desenvolvimento das forças produtivas. Os autores analisam especificamente a forma como ocorre a avaliação concreta da universidade pública brasileira e principalmente os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, baseiam suas análise na EPP e concluem que a expansão da pesquisa e dos cursos de pós-graduação *stricto*

sensu no Brasil estabeleceu critérios produtivistas de avaliação, que passaram a ser um parâmetro para a própria atividade na universidade, o que, conforme os autores, representa um processo que tem levado à destruição de um projeto de universidade socialmente referenciada, substituindo-o por um projeto que expressa a ideologia neoliberal, colocando a Universidade como uma instituição estratégica no desenvolvimento das forças produtivas.

Temos assim, exemplos de pesquisas que vem sendo realizadas por psicólogas participantes do grupo EPPEO que se caracterizam como análises críticas sobre a Universidade pública e seu lugar na sociedade capitalista, sendo essas que essas pesquisas: (i) também tem privilegiado como desenho de pesquisa o estudo de caso; (ii) tem adotado como procedimentos metodológicos estratégias de acesso a informações, interpretação e análise prioritariamente qualitativas, mas também quantitativas; (iii) privilegiado como campo empírico a Universidade pública; (iv) quanto às abordagens da psicologia que tem sido dialogadas com a EPP, temos a psicologia social (em uma abordagem crítica) e a Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade proposta pelo professor Fernando González Rey.

ANÁLISES CRÍTICAS DE TEORIAS ORGANIZACIONAIS

Além de análises críticas de práticas organizacionais, das análises críticas sobre a Universidade pública e seu lugar na sociedade capitalista, outro tipo de pesquisa que tem sido realizada por psicólogos participantes do grupo de pesquisa EPPEO são as análises críticas de teorias organizacionais.

A proposta de realizar análises críticas de teorias organizacionais já se encontra presente nos trabalhos do professor José Henrique de Faria desde pelo menos a publicação do segundo volume do livro *Economia Política do Poder*, no qual o

professor apresenta sua análise crítica da Teoria Geral da Administração (TGA) (Faria, 2008b)⁵.

Quanto ao trabalho de psicólogos participantes do grupo EPPEO verifica-se a realização deste tipo de pesquisa desde a primeira formação do grupo de pesquisa, cujas elaborações resultaram na produção do livro “Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais” (Faria, 2007).

Na mencionada obra, destaca-se o trabalho do psicólogo, pesquisador e professor Sidney Nilton de Oliveira, em coautoria o professor Faria (Faria & Oliveira, 2007), que toma como problema de estudo os programas de gestão de qualidade. Aqui, diferente dos trabalhos anteriormente apresentados, o que está em análise não é uma organização concreta, ou a Universidade, mas uma proposta teórico-prática da administração. O desenho de pesquisa adotado é o de uma análise crítica de proposição teórica proveniente da área da administração denominada “Gestão da qualidade”, e se estabelece, portanto, como um trabalho de análise crítica de teoria que compõe a Teoria Geral da Administração (TGA). O referencial teórico utilizado para a realização dessa crítica é o da EPP em diálogo com a psicossociologia (E. Enriquez).

Outros exemplos de análises críticas de teorias produzidos por psicólogos participantes do grupo EPPEO sob orientação ou em coautoria com o professor Faria podem ser encontrados nos trabalhos de: Schmitt Ragnini (2014), Brüning (2016), e Tezza Magnin, Faria & Rossler (2020).

No ano de 2014, ocorre a defesa da tese de doutorado de Elaine Cristina Schmitt Ragnini (2014), trabalho orientado no programa de pós-graduação em educação da UFPR pelo professor Faria. No trabalho a autora analisa proposições teóricas sobre

⁵ A primeira edição deste livro foi publicada por José Henrique de Faria no ano de 2004. Neste artigo utilizo a 2ª edição, publicada em 2008.

Saúde Mental no Trabalho e argumenta por uma incidência do discurso psicanalítico nesse campo. O referencial teórico adotado propõe um diálogo em EPP e psicanálise, principalmente apoiando-se em Freud (e seu conceito de mal-estar em sua relação com a sexualidade humana) e em Jacques Lacan (e sua teoria dos discursos). O trabalho argumenta pela potencialidade da incidência do discurso psicanalítico neste campo da saúde e trabalho de resgatar e por em cena o sujeito do inconsciente, e a partir disso questiona o referencial teórico tradicional em Saúde Mental e Trabalho com suas proposições da construção diagnóstica da depressão, das formas de tratamento do adoecimento psíquico, da medicalização do sofrimento e da tristeza, do seu ideal de saúde e bem-estar bem como a naturalização e a universalização da doença.

Incluo como exemplo de análise crítica de teorias organizacionais meu trabalho de tese defendida em 2016 junto ao programa de pós-graduação em Administração da UFPR e orientada pelo professor Faria (Brüning, 2016). Neste trabalho busquei analisar como a psicologia, enquanto campo de conhecimento participa da fundamentação das práticas de controle social do trabalho sob a égide do sistema capitalista de produção. O referencial teórico utilizado foi o da EPP, que compreende que o projeto da gestão, em nível organizacional, materializa os interesses do capital na luta de classes em nível sócio-histórico, em diálogo com a Psicologia Social Crítica (Wexler, 1996) e Psicologia Crítica (Parker, 2014), que compreendem que a psicologia pode atuar como ideologia que, além de produzir conhecimento sobre as pessoas, influencia a forma como as pessoas sentem e pensam sobre si mesmas, bem como, portanto, a forma como agem. O trabalho evidencia e discute como a psicologia utilizada na formação de administradores participa do desenvolvimento de tecnologias de gestão que visam aumentar a eficiência produtiva e o controle político dos trabalhadores ao mesmo tempo em que dissemina uma visão ideológica do ser humano e das relações humanas que atua favorecendo a manutenção do *status quo* das relações de poder.

Finalmente, no trabalho de Tezza Magnin, Faria, Rossler (2020) vemos uma análise crítica de como a imaginação tem sido historicamente preterida pela Psicologia face a outras faculdades mentais e um argumento sobre como esta função psíquica superior desempenha papel fundamental na atividade consciente humana, especialmente no trabalho. O artigo se baseia na EPP em diálogo com a Psicologia Histórico-Cultural, e busca analisar a relação entre imaginação e o controle da subjetividade no campo do trabalho, argumentando que o controle da imaginação pode alterar a relação do indivíduo com a realidade e os processos psíquicos de produção de imagem subjetiva da realidade objetiva. Os autores caracterizam duas formas predominantes de processos cognitivo-afetivos que se manifestariam como tendências do psiquismo humano: a imaginação criativa e realismo fatalista e conformista, entendido como a forma de imaginação típica do trabalho alienado, responsável pelo exercício da imaginação como produção de imagens fictícias.

Vemos nesses quatro trabalhos como análises críticas de teorias tem sido realizadas por psicólogos participantes do grupo EPPEO estabelecendo diálogos entre a EPP e referenciais teóricos de diversas abordagens críticas em psicologia, tais como a psicossociologia, com a psicanálise de Freud e de Lacan, a psicologia crítica (de Ian Parker), a Psicologia Social Crítica (de P. Wexler), e a Psicologia Histórico Cultural.

A título de finalização desta seção do texto, é importante ressaltar que análises críticas de teorias e reflexões sobre proposições teóricas tem sido realizadas no âmbito do grupo EPPEO com diversos psicólogos não só por meio de orientações de teses e dissertações e produção de artigos, mas também em grupos de estudos.

Desde o ano de 2015 tem se realizado grupos de estudo sobre Psicanálise e Marxismo com a participação do professor Faria e de diversos psicólogos além dos aqui já mencionados, tais como os psicólogos, pesquisadores e professores Nadir Lara Junior, Rosane Zétola Lustoza, Maurício José d'Escragnolle Cardoso, Alexandra Arnold

Rodrigues, Fernanda da Conceição Zanin, entre outros (EPPEO, 2021). Nestes grupos tem-se estabelecido discussões sobre diversas temáticas, tais como as da ideologia e do reconhecimento social. Pela diversidade de identificação teórica dos participantes, podemos identificar diálogos sendo realizados entre EPP e Psicanálise Freudiana e Lacaniana, Análise Institucional, Psicologia Social, Psicologia do Trabalho e Organizacional, Psicodinâmica do Trabalho e outras clínicas do trabalho.

Cabe ressaltar também que a temática do reconhecimento social tem se tornado recorrente em trabalho de psicólogos participantes do grupo EPPEO, como se pode verificar nos trabalhos de Ferraz, Horst e Faria (2012) e Horst, Ferraz e Faria (2016), assim como no trabalho de Rodrigues e Faria (2019) no qual analisam o problema do desenvolvimento Urbano e Gentrificação; e de Faria, Schmitt Ragnini e Brüning (2020) que analisa as condições de reconhecimento social de migrantes e refugiados no Brasil. Os embasamentos teóricos aqui adotados conversam as referências da 3ª geração da Teoria Crítica e suas propostas sobre reconhecimento social, tal como os trabalhos de Nancy Fraser e Axel Honneth, e a proposta do professor Faria que amplia as dimensões de análise baseadas no tripé (i) reconhecimento social, (ii) redistribuição da riqueza material e (iii) representação paritária, incluindo uma quarta dimensão, (iv) a da realização emocional (Faria, 2017).

Nesta seção do artigo procurei apresentar os diálogos que tem sido estabelecidos por psicólogos participantes do grupo EPPEO entre a EPP proposta pelo professor Faria e diversas abordagens críticas em psicologia. Nas seções seguintes deste trabalho apresento sobre a perspectiva epistemológica e metodológica da EPP, e sobre os principais conceitos dessa teoria que tem sido tomados como referência nesses diálogos com abordagens críticas em psicologia.

PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA, METODOLÓGICA E TEÓRICA DA ECONOMIA POLÍTICA DO PODER (EPP) PROPOSTA POR JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

A Teoria da Economia Política do Poder (EPP) é uma teoria crítica de caráter multidisciplinar do campo dos estudos organizacionais que vem sendo desenvolvida pelo professor José Henrique de Faria como resultado de suas investigações sobre relações de poder e mecanismos de controle na gestão do processo de trabalho nas unidades produtivas desde o ano de 1978 (Faria, 2014).

O professor Faria (2014) esclarece que a linha de orientação básica do desenvolvimento da teoria da EPP é a dimensão epistemológica do materialismo histórico e o método dialético. É a partir dessa orientação básica que o professor avalia ser possível manter o permanente diálogo crítico com teorias de diversas origens que vem desenvolvendo ao longo de mais de 40 anos.

O **fundamento teórico** da teoria da EPP baseia-se no pensamento marxista e assume a forma de “uma teoria crítica fundada em uma dialética materialista interdisciplinar” no estudo das organizações (Faria, 2008a, p. 58).

O **problema central** assumido pela EPP consiste em “esclarecer em que medida as instâncias (i) ocultas, que operam nos bastidores organizacionais, nas relações subjetivas (*e intersubjetivas*) e no inconsciente individual, e (ii) manifestas, inclusive e especialmente as referentes ao regramento e às estruturas, dão conteúdo às configurações de poder e do controle nas organizações” (Faria, 2008a, p. 28).

Quanto à **abordagem metodológica**, tem-se uma concepção dialética da construção de conhecimento, que se sustenta na interação entre sujeito (investigador) e objeto (de investigação), sendo que a metodologia de pesquisa (investigação) depende de três fatores: da teoria disponível, do sujeito pesquisador e da natureza do objeto de pesqui-

sa. Assim, não se opta por um tipo determinado de pesquisa, por exemplo, pesquisa qualitativa ou quantitativa, e sim se defende que quanto mais amplo o acesso aos dados empíricos e quanto mais diversificadas as formas possíveis de obtê-los, mais rica será a investigação.

A EPP toma como **objeto de estudo** as relações de poder que se desenvolvem nas organizações produtivas capitalistas, em suas diversas formas de configuração de organização social, considerando seus aspectos de organização formal e de “organização de pertença” (FARIA, 2008a, p. 36), isto é, considerando desde suas estruturas, normas, regulamentos, divisão de trabalho, até a organização social dos sujeitos no que se referem a símbolos, crenças, valores que representam uma relação de vinculação com aquela organização de pertença, seja essa vinculação espontânea ou planejada, transitória ou duradoura.

Disto tem-se que para a EPP, conforme Faria (2008a), a **organização** é uma totalidade complexa composta por diversos fatores e processos que compõem a sua realidade, e que, portanto, devem ser levados em consideração ao analisá-las.

Ao tratar do ponto de vista da EPP no estudo das organizações, o professor Faria esclarece:

São as relações internas e externas de poder, manifestas em sua forma de controle, em sua ação mediadora de objetivos e desejos e em sua inserção dinâmica e contraditória na sociedade globalizada. As relações de poder tem como finalidade a posse política, o domínio das estruturas organizadas da sociedade, daí a razão de se falar em Economia Política do Poder, pois se trata de compreender a interação entre o movimento da sociedade e do Estado Capitalista Contemporâneo e as lógicas internas da dinâmica organizacional, interação esta necessariamente contraditória, paradoxal e jamais definitiva (Faria, 2008a, p. 58).

A **abordagem epistemológica e metodológica** que se assume em pesquisas com base em EPP é a de uma Epistemologia Crítica do Concreto (Faria, 2015a; Kosik, 1976). Cabe esclarecer o que isto implica:

De modo mais amplo, em pesquisas com base em EPP assume-se que a **compreensão de qualquer fenômeno social** demanda a compreensão do mesmo em uma **perspectiva histórica** e em sua **totalidade propriamente fenomênica**, de que a compreensão da totalidade material é ela mesma impossível, não apenas tendo em vista as limitações da pesquisa e do pesquisador, como a concepção de que o conceito é necessariamente uma abstração do real. No entanto, a tentativa de uma compreensão que abarque a totalidade fenomênica no plano do concreto pensado deve guiar a ação do pesquisador (Faria, 2015; 2017).

Outro ponto fundamental: em pesquisas com base em EPP assume-se que a ideia de **neutralidade da ciência é ilusória**. O saber produzido pela ciência, admita o pesquisador ou não, carrega consigo vínculos ideológicos que cumprem uma função social e beneficiam interesses. A consciência disso, defendemos, é parte da responsabilidade do pesquisador, isto é, teoria e prática não podem separar-se. Tem-se aqui uma aproximação importante da ciência com a ética (Faria, 2015a; 2017).

Na mesma linha de pensamento, em pesquisas com base em EPP assume-se **uma ciência da práxis**, isto quer dizer: um posicionamento que defende que a produção de conhecimento tem a justificativa prática de embasar a ação social, não por meio de apresentação de conclusões óbvias, ou pela produção de conclusões inquestionáveis decorrentes de achados de pesquisa produzidos por este ou aquele procedimento de pesquisa legitimado como capazes de produzir “o verdadeiro” conhecimento, mas sim, por meio de uma forma de produzir conhecimento que visa expor contradições, buscar a permanente compreensão de fenômenos, em sua totalidade, sem ter a pretensão de, de forma heterônoma, estabelecer soluções e modos de ação aos atores sociais, e sim,

sistematizando, propondo interpretações, alertando ou elucidando sobre pontos a serem levados em consideração na decisão de suas ações (Faria, 2015a; 2017).

Em pesquisas com base em EPP assume-se uma posição de identificação com o objetivo da Teoria Crítica, em seu propósito de desvendar e expor mecanismos de poder, denunciar a repressão e o controle social, com o intuito de subsidiar os sujeitos em suas ações políticas, tendo como ideal uma sociedade sem exploração, única alternativa para que se estabeleça uma real democracia. Reconhecemos que a superação da alienação é fundamental para que os sujeitos, em sua ação, conquistem uma sociedade justa (de democracia paritária). O objetivo da Teoria Crítica se justifica de forma prática: elucidar e expor as contradições que a ideologia mascara, atuando no sentido de dismantelar obstáculos institucionalizados que a participação em igualdade material e em pleno direito na interação social (Faria, 2015a; 2017).

Outro ponto central assumido em pesquisas em EPP é a **centralidade do trabalho para a constituição do sujeito e da sociedade**. Isto é, o entendimento de que o sujeito se constitui como tal na produção de suas condições materiais de existência, e o conjunto das relações de produção vai constituir a estrutura econômica da sociedade, bem como a superestrutura jurídica e política que a correspondem, além das formas de identidade e de consciência (Faria, 2015a; 2017). Este pressuposto da centralidade do trabalho na vida do sujeito e da sociedade é um dos pontos fulcrais que justificam a necessidade de tentar compreender as contradições existentes nas formas que o trabalho toma na sociedade capitalista, bem como nos mecanismos que levam à precarização do trabalho que a caracteriza contemporaneamente.

Sobre a perspectiva teórica da EPP, Faria (2014) esclarece que pela característica de ser uma teoria crítica, sua lógica de produção de saber difere da reprodução conservadora, de forma que a teoria que se constrói não tem a pretensão de dar uma última e definitiva palavra, como um conhecimento que seria o verdadeiro considerando a partir

disso todos os demais inúteis, mas teria a pretensão de levantar questões, apontar contradições onde imperam as certezas. Conforme o professor Faria (2014) sua proposição de uma teoria da EPP se coloca como uma permanente construção teórica interdisciplinar na qual se valoriza o diálogo entre teorias de diversas áreas e disciplinas. Conforme o autor:

Dar forma a uma questão tão complexa como a das relações de poder, dos mecanismos de controle do trabalho na gestão do processo de produção por unidades produtivas sob o comando do capital, colocando-se em posição crítica quanto a este tema ao enfrentar conceitos arraigados e uma ideologia dominante secular, exige mesmo a proposição de uma teoria nova. Como toda teoria nova, esta também instaura a controvérsia e suscita divergências, não só no campo tradicional, como no da própria crítica (Faria, 2014, p. 73).

Como se vê, a proposta do professor Faria com a EPP se coloca como uma teoria crítica, interdisciplinar, em permanente reflexão e autocrítica que não pretende encerrar o assunto e esgotar a teoria que propõe, e as construções e reelaborações de seus conceitos podem ser verificadas ao longo de sua produção. O objetivo é o de realizar outra leitura da realidade da gestão do processo de trabalho nas organizações produtivas, em contraposição ao *mainstream* tradicional da Teoria das Organizações e da Teoria da Administração, e, resalto para que fique mais transparente: em contraposição também ao *maistream* tradicional da Psicologia.

Nas seções seguintes deste artigo procurarei abordar algumas construções da EPP que psicólogos participantes do grupo de pesquisa EPPEO, tem utilizado como aporte teórico, para isso apresentarei uma série de conceitos da EPP, e suas definições, buscando relacionar com o que tem sido estudado e discutido a respeito deles.

A ECONOMIA POLÍTICA DO PODER DE JOSÉ HENRIQUE DE FARIA E ALGUNS APORTES CONCEITUAIS UTILIZADOS EM DIÁLOGOS COM ABORDAGENS CRÍTICAS EM PSICOLOGIA

Como já mencionado anteriormente neste artigo, a proposta da Economia Política do Poder (EPP) propõe uma construção que dialoga os referenciais teóricos da Teoria Crítica (que por sua vez dialoga marxismo e psicanálise) e psicossociologia.

A proposta consolidada da EPP vem sendo apresentada desde 2004 pelo professor Faria, e reelaborada em publicações posteriores. No presente artigo, para apresentar uma revisão dos aportes conceituais da EPP, baseio-me principalmente nas seguintes obras:

No volume um do livro *Economia Política do Poder* (Faria, 2008a) no qual o professor Faria nos apresenta os fundamentos da EPP e discute sobre as temáticas do poder, controle, gestão e trabalho, suas conceituações de poder, relações de poder, poder real e poder “simbólico”, processo de trabalho e gestão nas organizações, de classes sociais, grupos sociais e elites sua análise sobre estratificação social, poder e gestão, e suas delimitações conceituais sobre Estado Capitalista, Globalização e organização das relações de produção.

No volume dois do livro *Economia Política do Poder* (Faria, 2008b), no qual o professor nos apresenta uma análise crítica da Teoria Geral da Administração, debruçando sua análise sobre desde a organização científica do trabalho, o enfoque das relações humanas nos estudos organizacionais, o enfoque clássico (concepção de P. Drucker, concepção empírico gerencialista), o enfoque behaviorista (concepções de Herbert A. Simon, James G. March, Rensis Likert, Chris Argyris, Robert Blake e Jane. S. Mouton), o enfoque estruturalista, o enfoque funcionalista, o enfoque da teoria Z e dos círculos de controle de qualidade, da produção flexível, e finalmente, uma análise sobre trabalho,

tecnologia e sofrimento no trabalho a partir da transição do taylorismo-fordismo para a gestão flexível, que o autor chama de reestruturação produtiva.

No volume três do livro *Economia Política do Poder* (Faria, 2008c), no qual o professor Faria apresenta sobre as práticas do controle nas organizações (Faria, 2008c) e apresenta uma análise da prática do controle nas organizações produtivas contemporâneas e sua teoria crítica do controle na gestão das organizações produtivas capitalistas.

E, finalmente, no livro *“Poder, Controle e Gestão”* (Faria, 2017), no qual o professor Faria reelabora conceitos apresentados nos mencionados volumes um e três (Faria, 2008a; 2008c) e amplia sua elaboração teórica da EPP incluindo uma discussão sobre condições de uma gestão democrática do processo de trabalho e sobre gestão democrática e emancipação.

No primeiro volume do livro *Economia Política do Poder*, Faria (2008a) discorre sobre os fundamentos epistemológicos e teóricos que embasam sua argumentação posterior: a teoria crítica e o estudo das organizações. Faria (2008a) adota o modelo de **análise organizacional** proposto por Enriquez (1994) para categorizar as **instâncias de análise** das organizações. Resumidamente, seriam elas as instâncias: (i) mítica: referente aos mitos de funcionamento da organização, à ordem legitimadora; (ii) social-histórica: relacionada à trajetória, história e construção social da organização; (iii) institucional: referentes às normas implícitas e explícitas de regulação social; (iv) organizacional: referente às práticas cotidianas das normalizações, como por exemplo os processos, hierarquia, metodologia, tarefas, entre outros; (v) grupal: grupo coletivo no qual se expressam sistemas de valores, sentimentos, ambivalências e relações afetivas; (vi) individual: relacionada à ação individual, seu comportamento, condutas e papéis na construção social; (vii) pulsional: processo dinâmico pulsional dual entre pulsões de vida/morte que faz com que a organização tenda para um objetivo ou afaste-se dele. Segundo o autor:

“cada instância indica uma forma de abordar a realidade complexa” (Faria, 2008a, p. 39) permitindo estudar as organizações a partir de diferentes perspectivas.

Visto que a problemática central da EPP gira em torno das relações de poder que tomam forma e se expressam como **controle**, cabe, já neste trecho introdutório, um breve embasamento teórico sobre sua natureza, objetivos, práticas e resultados.

Conforme Faria (2008a), o capital age não só objetivando o aumento de lucro, mais-valia e produtividade, mas engendra também muitas de suas ações ao propósito de perpetuar sua dominação.

Assim, o **objetivo do controle** do processo de trabalho que, à primeira vista, é o aumento da extração da mais-valia da força de trabalho, diminuindo o tempo necessário para a produção através da utilização de tecnologias físicas e tecnologias de gestão que alteram os métodos de trabalho, acaba por servir duplamente ao capital: não só aumenta sua produtividade e lucratividade como também, ao agir, reforça as relações de dominação.

Neste sentido, Faria (2008a) coloca como sendo a **base técnica do controle** do capital sobre o processo de trabalho a divisão⁶: divisão social do trabalho, que acaba por englobar uma divisão técnica do trabalho, em que há o parcelamento das operações e o parcelamento do próprio trabalho, trazendo uma divisão entre trabalho manual e trabalho mental, e, mais recentemente, uma divisão internacional do trabalho relacionada com o processo de globalização.

Faria (2008a) escreve que o **processo de trabalho** é o “conjunto de operações realizadas pelos sujeitos trabalhadores, individual ou coletivamente, de forma organizada com

⁶ Que serve tanto ao incremento da produtividade alterando o processo de trabalho como cumpre a função de perpetuação das relações de dominação do capital.

a finalidade de produção de mercadorias” (Faria, 2008a, p. 44), sendo o processo caracteristicamente capitalista quando o objetivo da produção é gerar mais-valia, ou seja, a apropriação do valor excedente. Por **organização do trabalho** o autor entende a forma como este se encontra estruturado, no caso da organização capitalista do trabalho através da divisão técnica e social e de um sistema disciplinar característico. E às interações objetivas e subjetivas estabelecidas entre os sujeitos durante o processo de trabalho Faria (2008a) dá o nome de **relações de trabalho**.

Interessante aqui apresentar uma consideração sobre o conceito de contexto de trabalho disseminado na Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) no Brasil, e apontar como se tratam de conceitos de denominação semelhante, porém de significados distintos em relação com os propostos pela EPP.

O conceito de Contexto de Trabalho proposto por Mendes e Ferreira (2008) tem sido frequentemente utilizado em trabalhos na área de POT no Brasil no âmbito de intervenções em psicologia, no diagnóstico de como os trabalhadores avaliam e as representações que fazem de seu ambiente de trabalho. Conforme os autores, sua proposta de conceito de Contexto de Trabalho se refere ao lócus de produção, isto é circunscreve-se o espaço da organização concreta em análise. Mendes e Ferreira (2008), definem que o contexto de trabalho é composto de diversos elementos que podem conceitualmente ser divididos entre aqueles que compõem (i) as condições de trabalho, (ii) a organização do trabalho e (iii) as relações sócio profissionais de trabalho. Enquanto o conceito de organização e relações de trabalho propostos na EPP se referem à organização capitalista do trabalho através da divisão técnica e social do trabalho, e às interações objetivas e subjetivas estabelecidas entre os sujeitos durante o processo de trabalho, e trata-se de conceitos que tem como dimensão de análise a sociedade como um todo (compreende a análise de fenômenos nessa amplitude, portanto, tais como divisão social do trabalho, internacional do trabalho, sexual do trabalho, globalização, migrações, etc.), vemos como a noção de organização e relações sócio profissionais de

trabalho, tal como propostos por Mendes e Ferreira (2008) se referem àquelas circunstâncias em uma organização/unidade produtiva/*lócus* de produção. Ambos os entendimentos dos conceitos tem sido utilizados em trabalhos de psicólogos participantes do grupo EPPEO, uma vez que se realizam diálogos entre EPP e clínicas do trabalho, tendo a própria Profa. Ana Magnólia Mendes participado do grupo EPPEO por vários anos. Busco ressaltar com essa afirmação que ambos os entendimentos dos conceitos tem sido úteis em nossas análises, uma vez que se tem buscado o estudo das organizações em diferentes dimensões, mas que é importante considerar estas distinções.

Retomando as proposições de Faria (2008a) temos que o processo de trabalho encontra-se subordinado ao capital na medida em que a busca pelo aproveitamento máximo da exploração do trabalho alheio leva a uma procura constante por novos modos de produzir que aumentem a produtividade do trabalhador e diminuam o tempo de trabalho morto.

Entende-se que a subordinação do trabalho ao capital pode se dar de duas formas: (i) uma formal, baseada no processo de trabalho que produz mais-valia absoluta, ou seja na extensão da jornada de trabalho, visando aumentar o tempo de utilização não paga da força de trabalho, que ao ser formal e “nascer de diferentes funções econômicas” (Faria, 2008a, p. 47), baseia-se em uma relação puramente monetária e coercitiva com fim de extrair trabalho excedente; e (ii) uma forma real, que se refere à produção de mais-valia relativa, engajando-se no aumento da produtividade, e representa um modo de produção especificamente capitalista de extração de mais-valia.

A **forma real de subordinação do trabalho ao capital** relaciona-se com a **forma formal** e vai além. Refinando o processo de trabalho acaba por refinar as relações de trabalho e a estrutura de disciplina que garante sua realização e perpetuação. Assim, se as relações de trabalho enquanto geram mais valia absoluta submetem-se à coerção como ordem disciplinadora, ao se tratar da forma real de subordinação, que tem o au-

mento da produtividade e a geração de mais valia relativa como sua característica principal, o capital tratará de refinar também seus mecanismos de controle “engendrando formas cada vez mais sutis e sofisticadas, ou ainda, mais sofisticadamente sutis de controle do processo e das relações de trabalho” (Faria, 2008a, p. 49).

Assim, se em um estágio mais inicial de desenvolvimento do capitalismo as relações formais eram prioritariamente coercitivas, eram também transparentes o suficiente para proporcionar aos trabalhadores submetidos ao domínio do capital perceber as fontes de sua insatisfação, e a elas direcionar resistência e enfrentamento. À medida que o sistema econômico e de produção capitalista evolui passa a aprimorar o processo de produção, desenvolvendo não só as tecnologias físicas, mas também as de gestão, vai-se refinando o processo de produção de modo que, não só aumenta-se a produtividade, mas também se diminui a capacidade de resistência, enfrentamento e até mesmo percepção das formas de dominação do capital sobre o trabalhador pelo aprimoramento do controle exercido pelo capital.

Desse modo o controle que em um primeiro momento fundamenta-se na coerção, se desenvolve conforme se desenvolvem os processos de produção capitalista e as formas de gestão, tornando-se cada vez mais sutil, exercendo seu domínio através do que Faria (2008a) denomina de **sequestro da subjetividade**⁷, em que há a “captura da consciência do trabalhador pelo capital” (Faria, 2008a, p. 50) envolvendo cada vez mais o trabalhador na ideologia do capital e extirpando subjetivamente do trabalhador sua capacidade de enfrentamento.

⁷ O conceito de sequestro da subjetividade é exemplar da forma como a teoria vai sendo construída na proposta do professor Faria da teoria da Economia Política do Poder: o conceito é desenvolvido a partir de estudo empírico e da observação da realidade concreta, é proposto como conceito teórico, e vem sendo debatido e reconstruído constantemente desde então a partir de leituras críticas e novos tensionamentos ante ao real. O leitor pode acompanhar o debate e a evolução da delimitação do conceito de sequestro da subjetividade nos trabalhos de Faria e Meneghetti (2007), Faria (2017), Ferraz (2019) e Faria (2019).

Dado que parte da atuação do psicólogo organizacional e do trabalho compreende a atuação na gestão de pessoas ou no assessoramento e desenvolvimento de gestores, para uma análise crítica dessa tradicional prática do psicólogo tem nos sido importantes as delimitações realizadas pelo professor Faria (2008a) sobre o lugar dos gerentes/gestores na divisão social do trabalho e na luta de classes.

Faria (2008a) apresenta sua conceituação de classes sociais, elite e oligarquia, para embasar as análises que realiza: **classes sociais** são tomadas em referencia ao lugar que os sujeitos ocupam nas relações de produção. No sistema de produção capitalista têm-se as classes capitalistas e trabalhadores, respectivamente dominantes e dominados.

Ao tratar sobre as classes sociais, Faria (2008a) aponta que existem fases intermediárias e de transição entre as duas classes sociais antagônicas anteriormente mencionadas, e neste sentido trata sobre as frações de classe que denomina de **grupos sociais**. Os grupos sociais seriam definidos pela existência de um projeto social comum.

Em relação à **elite** tem-se que constitui o lugar em que os sujeitos, independente de sua vinculação de classe, ocupam nas relações políticas (Faria, 2008a). A divisão política dá-se entre dirigentes e dirigidos, conceitos que estão incluídos dentro dos conceitos de classe. Dentro da classe dos trabalhadores, pode haver os dirigentes, seus representantes eleitos dentro de sindicatos, por exemplo, e os dirigidos, os demais trabalhadores que aceitam a direção tomada pelo seu representante. O autor discute que com o desenvolvimento do capitalismo ficou mais complexa a delimitação de classes, e traz uma conceituação que inclui nas classes os sujeitos que, ainda que não pertençam direta e objetivamente àquela classe participam da estrutura de produção de forma a reforçar um ou outro lado das diferenças de classe. Assim, por exemplo, os gestores e administradores de organizações, ainda que não sejam donos do capital, cumprem o papel do capital no sentido de perpetuar à dominação do capital e cumprir seu objetivo de acumulação. Já do lado da classe dos trabalhadores, incluem-se os sujeitos que,

ainda que não diretamente ligados assalariadamente a alguma organização, tem seu trabalho explorado pela lógica do capital.

Faria (2008a), afirma que as **elites são formadas por grupos sociais** e examina a relevância das elites intelectual, dirigente e burocrata por entender que principalmente estas três elites serem destacadas como as herdeiras da classe dominante pelos teóricos das elites.

Sobre a **elite intelectual** Faria (2008a) escreve que, ao contrário de possuir seus próprios interesses ocupacionais, tende a associar-se com as principais classes sociais, e “formar um grupo capaz de assumir uma visão objetiva da sociedade e defender algum interesse geral” (Faria, 2008a, p. 77). Além disso, interessante ressaltar a contribuição fundamental da elite intelectual na formulação e disseminação de ideologia da gestão capitalista, e a aliança com empresas privadas no sentido de financiamento de cursos e escolas de *business* nas quais ocorre grande parte da produção acadêmica com esta abordagem. Esse conceito de elite intelectual tem nos sido útil na realização de análises críticas sobre como psicólogos tem tomado parte nesse grupo e atuado na formulação e disseminação de ideologia da gestão capitalista, como no já mencionado trabalho de Brüning (2016).

Faria (2008a), aponta ainda os **gerentes** como outro grupo social que constitui uma elite, visto que vem assumindo o controle econômico que anteriormente centrava-se nas mãos dos proprietários capitalistas da indústria, e, como representantes de seus interesses, passam a moldar todo o sistema social, o autor escreve: “a ideologia capitalista está sendo substituída por uma ideologia gerencial” (Faria, 2008a, p. 78), o que, conforme o autor não significa uma revolução gerencial, pois não há o surgimento de uma ideologia gerencial, o que existe neste caso são gestores recrutados para representar o capital, sendo esse o papel que cumprem, e em seu desempenho realizam o objetivo do capital.

O autor traz ainda um terceiro grupo social que se refere aos **burocratas**. Faria (2008a) afirma que como as demais elites (intelectual e gerencial) a elite burocrática não pode ser considerada propriamente uma elite dominante, pois embora possa ser uma elite governante ela governa representando os interesses da classe dominante.

Faria (2008a) escreve que uma classe, para realizar seus interesses econômicos e políticos, age através de uma organização, que, conforme o autor, é a única forma de criar a vontade coletiva, resultando da convergência de interesses e da solidariedade entre os sujeitos que dela fazem parte. Disso advém a importância da organização como potencial transformador e instrumento de luta da classe dos trabalhadores, visto que organizados adquirem maior resistência política.

Interessante ressaltar a diferenciação entre **luta e revolução** trazida por Faria (2008a) se reportando à obra de Marx. Enquanto **revolução** tem um caráter qualitativo de mudança ideológica, do modo de produção, o conceito de **luta** tem um caráter quantitativo, de enfrentamentos e resistências que vão ocorrendo dentro das relações de classe, assim, para Marx, conforme Faria (2008a), as lutas em suas várias práticas, somando-se quantitativamente, poderiam levar a uma revolução, uma mudança efetiva no modo de produção.

Voltando a tratar da necessidade de organização para uma prática de enfrentamento eficiente, aponta-se que, ainda que organizados, a soberania dos dirigidos é impraticável uma vez que se elegem representantes da vontade coletiva.

Faria (2008a) escreve que os dirigentes que a princípio são meramente servidores dos dirigidos que o elegeram, acabam por se perder nas malhas das relações políticas de poder que enfrenta em nome dos representados, e acabam por distanciar-se deles quanto seu projeto social, interesses e objetivos fazendo valer sua vontade individual disfarçada como interesse representado da coletividade.

Juntamente ao desafio de organização dos trabalhadores e da representação que dela decorre, outros desafios se impõem a organizações políticas dos trabalhadores. Dentre eles um desafio refere-se à ideologia do capital, disseminada e impregnada na sociedade, sendo reproduzida, reforçada e refinada pelas elites dirigentes, intelectuais e burocráticas, que desenvolvem mecanismos cada vez mais sutis de controle que dificultam sua percepção e enfrentamento por parte dos trabalhadores.

Um terceiro desafio relaciona-se com a necessidade do que Faria (2008a) escreve como “atualizar seus objetivos imediatos” (Faria, 2008a, p. 87), referindo-se à necessidade de as organizações de trabalhadores refinarem suas formas de luta, pois segundo o autor: “as organizações políticas dos trabalhadores serão tanto mais frágeis em suas lutas quanto mais afastadas da compreensão e do entendimento das estratégias do capital, o que pode levá-las a conduzir uma luta em bases equivocadas ou, o que é um cenário mais grave, levá-las a ser capturadas pelas estratégias do capital” (Faria, 2008a, p. 87).

Dado que os trabalhos de psicólogos participantes do grupo de pesquisa EPPEO tem sido realizados tanto em unidades produtivas capitalistas típicas, tais como em diversas empresas, bem como em organizações do Estado (instituições de socioeducação, tribunais, hospitais públicos, Universidade pública, entre outros), e mesmo com trabalhadores não vinculados entre si de forma organizada (migrantes e refugiados), tem sido importantes também as compreensões apresentadas por Faria (2008a) sobre o papel do Estado e sua relação com os processos de globalização e globalismo da sociedade contemporânea.

O Estado é entendido por Faria (2008a) o como um instrumento de autoridade e poder que possui o monopólio legítimo da coerção, e que age em favor de interesses dominantes, ao passo que um **Estado democrático** deveria representar o conjunto de normas criadas não pela vontade de dominantes, mas pela vontade coletiva, não sendo

mais um instrumento para justificar o exercício de uma coação implícita ou explícita, mas uma construção coletiva de regulamentação da vida social.

Faria (2008a) escreve que o autoritarismo aparece na sociedade atual como um sintoma da civilização industrial, como dominação de uma classe que pode ou não estabelecer pactos e alianças com outras classes. O autoritarismo e as relações de poder estão intimamente relacionados com os sistemas de controle, assim, para o autor, o **Estado é uma instituição de controle e representa a ação autoritária do capitalismo.**

Intimamente ligado ao domínio do capital, o autoritarismo do Estado, enquanto fenômeno de ordem estrutural, se relaciona com as formas de produção, com a administração, com a classificação social, com a política como função relacionada a uma casta de políticos e com a ideologia como legitimadora da dominação.

Ao traçar o contexto sócio-histórico do início do século XI, Faria (2008a) traz uma distinção entre globalização e globalismo: enquanto para o autor o termo **globalização**, diz respeito ao processo de integração das economias nacionais e das organizações produtivas na forma do que se refere como uma “totalização da economia” (Faria, 2008a, p. 99), o **globalismo** é descrito pelo autor como um conceito mais específico, relacionado ao modo de organização econômica, jurídica, política, social, cultural e ideológica que o modo de produção capitalista então assumia, conforme o autor “**o globalismo é a forma capitalista do recente processo de globalização**” (Faria, 2008a, p. 99).

O globalismo é representado por conforme Faria (2008a) como uma era de extremos: de miséria, opressão, injustiça, marginalização social, ao mesmo tempo em que nunca se produziu tanta riqueza, tamanhos avanços tecnológicos, e também privilégios particulares e consumismo. Outras características importantes presentes no globalismo incluem: a presença da tecnologia da informação como base material da sociedade; a

interdependência global; a participação cada vez mais comum de capital especulativo; entre outros, que se relacionam à **reestruturação produtiva**⁸ característica do final do século XX e início do século XXI.

A reestruturação produtiva se compõe de atividades econômicas que, segundo Faria (2008a), podem ser classificadas como **atividades de núcleo** e **atividades periféricas**, sendo as periféricas classificadas em: atividades periféricas **estáveis, vulneráveis ou excluídas**. As atividades periféricas seriam aquelas que ocorrerem em torno das atividades nucleares, como atividades de suporte e manutenção. Conforme Faria (2008a), a compreensão das diferentes formas de controle sobre o processo e as relações de trabalho e o estudo do desenvolvimento dos mecanismos de controle sobre o processo de trabalho seria privilegiado na observação de **atividades de núcleo e nas periféricas estáveis**, pois serem polos desenvolvedores de tecnologias de gestão pelo capital, que acabam sendo replicadas, até por influência de ideologia, nas atividades mais periféricas.

Assim, enquanto entende-se o globalismo como um avanço do autoritarismo do capital de uma situação local para uma possibilidade totalitária global, em todos os níveis em que atua, não somente no econômico, mas no jurídico, político, social, cultural e ideológico, percebe-se a ação do Estado, enquanto representante de interesses dominantes do capital, no sentido de legitimar, estruturar e organizar a ação social em congruência com esses interesses, cumprindo seu papel e perpetuando a dominação do capital.

Ainda no volume I de Economia Política do Poder, o Professor Faria (2008a) apresenta sua fundamental conceituação de **poder e relações de poder**.

⁸ Faria (2008a) se refere à reestruturação produtiva marcante a partir dos anos 80 do século XX, de características neoliberais, que se caracterizou por mudanças na divisão do trabalho, no desalojamento de ocupações na indústria e geração de novas ocupações de trabalho em serviços; mudanças locais *versus* globais; que exigiu mudanças no perfil da força de trabalho, como novas qualificações instrumentais mais flexíveis e multifuncionais.

Segundo o autor o conceito de poder tem sido usado de forma demasiada ampla e genérica sendo necessário precisar o conceito e examinar as formas de efetivação das relações de poder através da identificação de suas categorias e bases, propondo um conceito especificamente vinculado ao estudo das organizações. Apresentando uma breve análise conceitual, Faria (2008a), faz um levantamento da conceituação de poder conforme os enfoques sistêmico-funcionalista, Weberiano, do Comportamento humano, Organizacional, Marxista e da Psicossociologia, para em seguida apresentar uma análise crítica destes enfoques na qual aponta suas principais contribuições e fragilidades. Partindo da análise crítica dessas teorias, bem como de estudos anteriores referentes à EPP, Faria (2008a) propõe um conceito de poder e de relações de poder a partir de uma perspectiva interdisciplinar, tendo como foco as organizações e suas dinâmicas contraditórias, bem como a delimitação de conceitos correlatos (de coerção, autoridade, influência e liderança).

Assim, conforme o autor: (i) **coerção, coação e repressão** são bases do poder, sendo apontadas por Faria (2008a), como bases fundamentais, consistindo na aplicação ou ameaça de sanções, físicas, psicológicas, socioculturais, que castigam, impõe a restrição de movimentos e/ou reprimem a expressão de desejos e sentimentos. Remetem a formas de controle que se utilizam prioritariamente da força, pressupõe uma legitimação da coerção, normalmente representada por instituições como o Estado e as organizações. (ii) já **autoridade** seria um conceito que denotaria relação de poder em que um(s) manda(m) e o(s) outro(s) aceita(m) obedecer, conforme a caracterização de Weber, a partir da legitimação dessa autoridade que pode basear-se em três formas: legitimidade racional-legal (instrumental), tradicional ou carismática; (iii) **influência**, por sua vez, diferencia-se da autoridade por pressupor uma reciprocidade em que ambos os sujeitos de uma relação de poder podem se influenciar mutuamente, não é uma base do poder, mas uma forma de manifestação do poder; (iv) muito presente nas discussões em Psicologia Organizacional e do trabalho, tem-se o conceito de **liderança**. Conforme Faria (2008a) liderança seria um conceito com frequência erroneamente tomado como

conceito de poder. Para o autor, liderança seria a condição, atributo ou capacidade de um sujeito (individual ou coletivo) de mobilizar outros sujeitos. A liderança, neste sentido é sempre situacional, acontece em um determinado contexto, local e grupo que a legitima. O líder ocupa o lugar do que Enriquez (1991) caracterizou como do hipnotizador da massa, assumindo para o grupo a função de ideal de ego, através da substituição dos ideais de egos individuais pelo do líder idealizado, que exerce fascínio amoroso.

Finalmente **poder** segundo Faria (2008a) é um conceito que difere desses anteriormente mencionados, e que deve ser entendido como uma **práxis**, que se fundamenta na interação entre **sujeitos coletivos**, neste sentido **relações de poder**, que ocorrem entre classes, categorias ou grupos sociais, sendo uma **capacidade de mobilização em torno de relações sociais, de uma classe social, segmento ou grupo, de definir e realizar seus interesses**. Por ser uma **capacidade** deve ser **adquirida, desenvolvida e mantida**⁹.

Os indivíduos assumem papéis dentro das relações de poder a partir de vínculos e atividades que desempenham no coletivo, e dessa forma influenciando, coordenando, liderando, representando, organizando e conferindo legitimidade às relações de poder.

Faria (2008a) classifica o poder como total, relativo ou absoluto conforme a capacidade de um grupo social de definir e realizar interesses: (i) de forma autônoma (**poder absoluto**); (ii) dependendo de relação com outro(s) grupo(s) para realizá-los sem que haja resistência (**poder total**); (iii) ou com oposição e resistências desse(s) outro(s) grupo(s) (**poder relativo**).

⁹ Faria (2008a) escreve que “em termos de exercício o poder somente será contínuo e importante se resultar do acesso do grupo social ao comando das principais estruturas da sociedade e das organizações” (Faria, 2008a, p. 148), sobre isso escreve ainda nas considerações finais do capítulo: “(...)”, pois estas (as principais estruturas sociais e organizacionais), tem por finalidade operacionalizar os mecanismos de controle de que o grupo social vai se valer para garantir que seus interesses objetivos e subjetivos sejam os interesses dominantes” (Faria, 2008a, p. 150).

Faria (2008a) deixa transparente que sua noção de poder entende que esse fenômeno envolve elementos contraditórios de ordem tanto objetiva como subjetiva, intersubjetiva, individuais e inter-relacionais, tanto intencionais e explícitos, como implícitos, e mesmo inconscientes quando, ao tratar sobre as relações de poder, escreve que a **condição de definição dos interesses coletivos** de um grupo “é atravessada pela relação entre a objetividade e a (inter)subjetividade, entre as individualidades e o campo coletivo em que as mesmas se expressam, de forma que o que se encontra definido é o resultado desta dinâmica, resultado este que também possui sua própria **dinâmica contraditória**” (Faria, 2008a, p. 145).

O autor escreve ainda que as relações de poder se apoiam sobre **quatro bases** principais: (i) as **articulações políticas**, que envolvem a ideologia e as instituições; (ii) a **autoridade**; (iii) a **coerção**; e (iv) o **simbólico imaginário**, que suporta as ações dos indivíduos.

Conforme Faria (2008a) as relações de poder são fenômenos concretos, que se manifestam de múltiplas formas e que estão em toda parte indo além do que se pode ver, sendo assim fundamental compreender o caráter simbólico que vai além dos aspectos objetivos e subjetivos desta capacidade de mobilização em torno de interesses, sendo esse um ponto de diálogo importante entre EPP e diversas abordagens críticas em psicologia.

No segundo volume da obra Economia Política do Poder, Faria (2008b) apresenta uma **análise crítica das principais teorias da administração** desde a Organização Científica do Trabalho, passando pelo enfoque das relações humanas, o enfoque neoclássico, o enfoque behaviorista, o estruturalista, o enfoque funcionalista dos sistemas sociais até chegar ao enfoque da Teoria Z, os círculos de controle de qualidade, a produção flexível e demais técnicas ditas japonesas de gestão que tem seu maior representante no modelo de gestão Toyotista.

Faria (2008b) escreve sobre o processo produtivo e de trabalho que vem sendo racionalizado ao extremo desde o Taylorismo e o Fordismo, para retirar o proveito máximo da capacidade de produção dos trabalhadores, atuando de modo a ampliar e manter a continuidade do capitalismo.

Tem-se o início da administração com a organização científica do trabalho tendo seus maiores expoentes em Taylor, Ford e Fayol. Esse início se deu num momento histórico em que a industrialização se acentuou e passou a intensificar e a otimizar a produção, com isso instrumentos, aparatos e espaços foram sendo organizados para ampliar a capacidade produtiva dos trabalhadores (Faria, 2008b).

É neste contexto que se desenvolvem as práticas de gestão capitalistas, tratadas em sua obra a partir da análise dos modos de produção da organização científica do trabalho até o modelo Toyotista, que representam desenvolvimentos em relação uns aos outros no sentido de tornar a dominação que impõem, e o autoritarismo que representam aos sujeitos a elas submetidos, cada vez mais opacos, sutis e sofisticados (Faria, 2008b).

Na organização científica do trabalho têm-se modos de produção que se utilizam principalmente de técnicas de ordem instrumental, cuja eficiência pode ser questionada, pois não considera os aspectos subjetivos e emocionais de seu objeto de controle, o trabalhador (Faria, 2008b). O interesse pelas técnicas de ordem comportamental e ideológica passa a ganhar força a partir do enfoque das relações humanas e mostra-se intensificado no modelo Toyotista de produção, no qual se percebe um esforço em envolver a subjetividade do trabalhador à organização, aliado ao controle instrumental, o que pretende fazer com que, mais que apenas trocar sua força de trabalho por recompensas materiais, o indivíduo encontre recompensas psicológicas e de necessidades sociais na organização, e com isso, que o indivíduo passe a compartilhar dos ideais e objetivos organizacionais e utilize todos os seus esforços para realizá-los, visto que os toma como seus (Faria, 2008b).

Assim, com apoio no saber construído pelo enfoque das relações humanas (e de várias áreas e teorias da psicologia, como exposto em Brüning, 2016), organizações atuam tentando integrar o trabalho e a organização, às necessidades sociais e psicológicas dos trabalhadores com o objetivo de obter cooperação e envolvimento, pois, a organização, fazendo acreditar que seus interesses são os mesmos que o dos trabalhadores nela inseridos, geram nestes disposição para participar da realização dos objetivos organizacionais (Faria, 2008b).

Embora presentes desde pelo menos o modelo Fordista de produção, percebe-se no Toyotismo um desenvolvimento/aperfeiçoamento/ampliação do uso de práticas que envolvem o controle da subjetividade do trabalhador.

Estas práticas possibilitam atuar no sentido de suprir as necessidades psicológicas e sociais dos indivíduos levando-os a serem envolvidos e comprometidos com a organização a partir do momento em que, por identificação, seus objetivos pessoais coincidem com os objetivos da organização (Faria, 2008b).

A análise crítica da Teoria Geral da Administração apresentada por Faria (2008b) demonstra como se desenvolveram os modelos de produção e gestão no sentido de ampliar o domínio do capital sobre os trabalhadores, ampliando o campo de atuação do controle organizacional, que antes focava o corpo, o ato e o tempo e que, passam a atuar também sobre a subjetividade do indivíduo. Como evidenciado neste artigo, consequências subjetivas da vivência dessas diversas tecnologias de gestão tem sido foco de análise nos trabalhos de análise críticas de práticas organizacionais realizados por psicólogos participantes do grupo de pesquisa EPPEO.

No terceiro volume da obra *Economia Política do Poder*, Faria (2008c) dicorre sobre práticas do controle nas organizações produtivas capitalistas contemporâneas e

apresenta sua **análise crítica do controle nas organizações**, análise tomada como referencial teórico em diversas de nossas pesquisas.

O professor Faria (2008c) argumenta que os mecanismos de controle estão sendo praticados de forma cada vez mais sutil e mais subjetiva e que isto não implica que estejam desaparecendo as formas explícitas e objetivas de controle.

Defende ainda que as formas de estratégia gerencial que tem avançado no sentido da promoção da participação, do envolvimento, da descentralização, da autonomia do trabalhador nas organizações produtivas capitalistas, não apresentam um contraponto à estratégia de gestão de controle direto do tipo taylorista-fordista, sendo, pelo contrário, duas faces de um mesmo sistema estratégico gerencial de controle do processo de trabalho, percebendo-se na primeira forma estratégica apenas uma sofisticação, e não uma oposição, em relação à segunda.

Uma vez tendo apresentado os fundamentos teóricos para o estudo dos processos objetivos e subjetivos de controle partindo das instâncias de análise propostas por Eugéne Enriquez no volume I do livro *Economia Política do Poder* (2008a), no terceiro volume da obra, Faria (2008c) desdobra sua análise do controle na organizações entre as sete instâncias conforme o modelo proposto por Enriquez (1997).

Quanto à **(i) instância mítica de análise do controle**, Faria (2008c) procura compreender como controle atua através do mito na(s) organização(ões) produtivas capitalistas. Conforme o autor a função do mito seria a de criar unidade entre os sujeitos e entre grupos em torno de um projeto social comum, sendo uma base de identificação com a organização. O mito compreenderia a coletividade de crenças, sentimentos e imagens atribuídos a um tema central, e Faria (2008c) pontua alguns exemplos, tais como: o mito do herói fundador, do herói dirigente, da organização portadora de um ideal identificado pelo sujeito como seu, caso em que os sujeitos se realizam através da

realização da organização “tomando a lei do capital como a única lei capaz de conferir satisfação dos desejos e das necessidades indispensáveis à vida” (Faria, 2008c, p. 27).

O professor Faria esclarece que, como mecanismo de controle, o mito é alimentado nas organizações tornando-se a imagem do que a organização deseja ser; identificados com este mito os trabalhadores transformam em seus desejos e sonhos o ideal proposto pelo mito organizacional; conforme Faria (2008c) a identidade total leva à perda da identidade individual e coletiva contribuindo para a alienação do sujeito trabalhador ao controle do capital. Assim: “o mito assume a função do ideal egóico do grupo, que projeta nele a resolução de todas as suas aspirações” (Faria, 2008c, p. 30).

Quanto à **(ii) instância social-histórica de análise do controle**, Faria (2008c) compreende que a forma pela qual a organização garante o cumprimento de sua missão, sua trajetória e seu projeto através da afirmação de uma trajetória de sucesso e da afirmação de metas a serem atingidas para manter essa trajetória. É conforme o autor, um “modelo destinado à construção de uma realidade” (Faria, 2008c, p. 36), que servirá de guia para ações futuras. Também no plano sócio histórico pressupõe-se uma identificação com a empresa, que nesta instância se dá através não do mito, mas de uma construção ideológica, isto é, por meio de “uma concepção de mundo conforme suas aspirações (*da empresa*) e uma interpretação do real coerente com suas práticas sociais” (FARIA, 2008c, p. 38). O professor reforça ainda que, enquanto controle, a adesão à ideologia do capital é uma forma de sequestro da subjetividade do trabalhador.

Quanto à **(iii) instância institucional de análise do controle**, temos conforme o professor Faria (2008c) que se refere ao conjunto de normas e regras que estabelecem um padrão para as formas de conduta explícitas e implícitas na relação social de trabalho regulamentando-a. Em uma análise do controle e seus efeitos em nível institucional, Faria (2008c) destaca como o controle atua na educação, formação, socialização, treinamento e qualificação dos sujeitos para reproduzir um determinado tipo de conduta

institucionalizada. Segundo o professor Faria (2008c) trata-se de um controle que permanece sutil enquanto os sujeitos permanecerem fiéis e submissos à conduta institucionalizada, mas que passa a ser coercitivo e mais explícito ao surgirem questionamentos e enfrentamentos, cumprindo de uma forma ou de outra seu papel de reprodução do padrão instituído.

Quanto à **(iv) instância organizacional de análise do controle**, temos conforme o professor Faria (2008c) que ela remete à compreensão da organização do trabalho, isto é: as estruturas, normas, procedimento de autoridade, responsabilidade e hierarquia. O controle nesta instância, conforme o autor: “apoiar-se nas estruturas e organogramas da organização. O indivíduo é inserido nessas estruturas que tem como finalidade controlar o trabalho realizado, a remuneração, as promoções etc. A estrutura define a função, o cargo, o salário, o tempo de duração do trabalho, as competências, a autoridade e a correspondente responsabilidade, seguindo as normas e as regras da organização e não dos chefes” (Faria, 2008c, p. 43). O controle nesta instância remete em grande medida à impessoalidade das estruturas, à racionalização do trabalho, ao utilitarismo e à racionalidade instrumental como legitimadora das normas, que visam sempre, em última instância, o aumento da produtividade.

Quanto à **(v) instância grupal de análise do controle**, tem-se que o controle pode ser percebido atuando em diversas estratégias de gestão principalmente nos modos de gestão da produção baseados na produção enxuta e no sistema Toyotista. Dentre eles pode-se citar: os grupos de controle de qualidade, o *Team work*, os grupos semiautônomos entre outros, em que, conforme Faria (2008c) “os indivíduos se reúnem em grupos para tentar resolver problemas comuns dentro da organização do trabalho, sejam estes de ordem objetiva ou subjetiva, pois é neste nível que os mesmos discutem, divergem e planejam suas ações, tanto para executar o trabalho como para enfrentar as agressões que o mesmo promove” (Faria, 2008c, p. 48). Assim o controle na instância grupal se dá tanto pelo investimento da organização contra a formação de ações de

grupo que possam caminhar para um enfrentamento, quanto pela tentativa de controlá-los e retirar contribuições criativas e produtivas, que levem à inovação e resolução de problemas úteis à organização, tais como a atuação de lideranças formais nos grupos, que assumem os objetivos tanto de realizar a organização das atividades para o atingimento dos objetivos organizacionais, como de gerir as relações socioemocionais no grupo, de forma a manter as relações apaziguadas com os interesses organizacionais. De forma que toda formação grupal na organização seja em torno do projeto social comum da organização.

Os trabalhos de diagnóstico em psicologia organizacional e do trabalho, tradicionalmente tomam como foco essas últimas três instâncias de análise: grupal, organizacional e institucional. Vemos assim como a proposta analítica de Faria (2008c), com base na proposta da psicossociologia de Enriquez, propõe uma análise mais ampla em organizações em relação a propostas tradicionais da psicologia.

Quanto à **(vi) instância individual de análise do controle**, Faria (2008c) argumenta compreender o sujeito trabalhador e as relações além da econômica que estabelece ao vender sua força de trabalho ao capital, leva em consideração questões referentes à alienação não só do trabalho como da subjetividade e da autonomia do indivíduo, além de considerar as contradições entre indivíduo e organização, seu papel no sofrimento e doença que decorrem desta relação, bem como nas possibilidades de ações de enfrentamento que possibilitam.

Finalmente, quanto à **(vii) instância pulsional de análise do controle**, a análise do controle na instância pulsional compreenderia as pulsões de vida e de morte, Eros e Tanatos agindo tanto nos indivíduos como analogamente nas organizações. Segundo Faria (2008c), o que se percebe em relação às práticas contemporâneas de controle nas organizações é um discurso de Eros, de pulsão de vida, que busca a diferenciação, a autonomia, o desenvolvimento, a cooperação, entre outros, mas com uma prática de

Tanatos, uma pulsão de morte percebida na compulsão à repetição, na manutenção de procedimentos, e do *status quo* de maneira geral, levando os indivíduos ao que o autor cita como “homogeneização, à inércia, à paralisia e à acomodação, de forma que os mesmos tornam-se não críticos e submissos a um mito ou a uma ideologia” (Faria 2008c, p. 57).

Faria (2008c) escreve que a evolução dos modos de gestão ocorre mais acentuadamente quando há uma “crise de acumulação” e/ou quando há “desenvolvimento de formas mais eficazes de resistência operária aos mecanismos de controle e de exploração” (Faria, 2008c, p. 64). Se referindo à reestruturação produtiva vivenciada nas décadas finais do sec. XX e iniciais do XXI, Faria (2008c) escreve que esta decorre de dois fatores conjugados, o esgotamento dos métodos Taylorista e Fordista em sua forma original enquanto forma de ampliação da acumulação do capital, e da mudança nos padrões de concorrência.

O controle do processo de trabalho, segundo o autor, se amplia no sentido em que, em um primeiro momento era simples, o capitalista comprava diretamente a força de trabalho por um determinado período de tempo, num segundo momento passa a ser expandida, em que ocorre a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, representada pela organização científica do trabalho, e passa num terceiro momento¹⁰, a exercer um controle sofisticado, que amplia o controle já existente avançando sobre o controle da subjetividade do trabalhador.

Ao final do volume três de Economia Política do Poder, o Professor Faria (2008c) nos apresenta sua **análise crítica do controle nas organizações produtivas capitalistas**.

Faria (2008c) escreve que o controle tem sido entendido como um sinônimo de in-

¹⁰ Quando Faria (2008c) se refere a uma gestão contemporânea, seu período de análise, até pela data de publicação da obra, trata da reestruturação produtiva ocorrida desde meados dos anos 70 até aproximadamente o ano de 2008. Em suas obras mais recentes, Faria (2017), por exemplo, e em discussões atuais do grupo EPPEO, já se tem procurando analisar e debater novas configurações das organizações e da gestão.

fluência e poder. Por vezes também se tem entendido poder como forma coercitiva de controle. O autor enfatiza, no entanto que, sejam físicos e diretos, como na coerção, ou indiretos, psicológicos e sutis, o controle, e em consequência as relações de poder, está no cerne de todas as propostas de gestão do processo e das relações de trabalho capitalistas.

Faria (2008c) escreve que o imperativo da gestão é controlar para produzir, baseado em uma racionalidade instrumental. O controle compreende assim controlar os meios de produção, investimentos, tecnologia, processo e principalmente os agentes de valorização do capital: os trabalhadores. Assim, o autor argumenta que a **função social do controle consiste em permitir a acumulação capitalista**, para isso, o controle exercido nas organizações não é um controle qualquer, mas um controle capitalista.

É a respeito do controle capitalista que Faria (2008c) propõe a classificação analítica em (i) **controle econômico**, (ii) **controle político-ideológico** e (iii) **controle psicossocial**, sempre ressaltando tratar-se de uma separação apenas analítica, que tem seu valor enquanto classificação didática e para a compreensão da realidade, mas que na prática se apresentam de forma interdependente e imbricada.

O **controle econômico** teria por base o próprio processo de produção capitalista, a compra da força de trabalho, sua utilização e a produção de mais-valia e a divisão do trabalho. Faria (2008c) **classifica o controle econômico em controle por relações de propriedade legal e de propriedade real**, diferenciando na relação de propriedade e posse/controlado sobre os meios de produção.

O **controle político-ideológico** incluiria o campo jurídico com suas definições nas instâncias normativas e legais, a estrutura de poder político e ideológico que apoiam a estrutura econômica e remetem as relações de dominação garantindo a permanência e a institucionalização dessas estruturas. Conforme Faria (2008c) o **controle político-**

ideológico nas organizações se dá: pela **estrutura burocrática e hierarquia**, de forma que envolve os sistemas de normas e procedimentos; **o controle disciplinar**, que envolve os sistemas de punição e recompensa; **o controle por transmissão ideológica**, através do discurso, e por alienação do material, do psíquico, do sequestro da subjetividade e pela substituição do ideal de ego individual pelo ideal de ego da organização (ou da ideologia) que leva a idealização.

Ao tratar sobre o **controle psicossocial**, Faria (2008c) escreve que a organização só vai considerar seu próprio desejo, proposto como ideal comum a todos, para qual devem visar todas as ações individuais. No entanto a organização vai tentar evitar frustrações **motivando** o indivíduo ao mesmo tempo em que oferece um sistema de **legitimidade** definido e sistematizado. Assim se cercará de todos os aparatos para institucionalizar a relação de submissão, tanto punindo, quanto alimentando a fantasia de organização protetora.

Sobre recalçamento e repressão nas organizações, Faria (2008c) escreve que ao utilizar-se do desejo do indivíduo a organização é recalcadora e isso acarreta alienação, pois a organização fala em nome do indivíduo que perde o domínio sobre seus próprios desejos e sonhos, sendo alheio às decisões que dizem respeito inclusive a si. No entanto, o recalçamento carrega possibilidades de tomada de consciência e condições para reversão de papéis, quando isso ocorrer e a organização se sentir ameaçada, esta passará a ser repressiva. A violência surgirá disfarçada pela lei da linguagem e da ordem. Tudo se passa como se fosse **resultado de uma ordem natural**¹¹, controlada pela razão instrumental (Faria, 2008c).

Segundo Faria (2008c), essa racionalidade interage permanentemente com as subjetividades e resulta em outras racionalidades e subjetividades. O subjetivo acomoda a ra-

¹¹ Um remédio para esta naturalização das origens das instituições passaria pela análise histórica de como foram constituídas e como se mantêm.

ção em sua estruturação desde que seja compatível com suas formulações inconscientes e subscientes em um mecanismo dinâmico e contraditório. Por isso não há possibilidade de razão pura. Para o autor, a racionalização é a valorização da razão enquanto máscara sobre o afeto.

Assim, na organização (produtiva, capitalista), para viver participa-se do jogo, reproduz-se seus valores e criam-se mecanismos de defesa. A razão castra a manifestação dos sentimentos, que, como não podem ser totalmente contidos, são desviados de maneira produtiva através de diversas práticas de manipulação. Por reconhecer a existência e a importância da subjetividade as organizações investem no controle psicossocial.

Para Faria (2008c), o controle psicossocial relaciona-se a duas ações e um efeito, vigiar e punir são as ações, e a disciplina é o efeito. Desse modo o poder atua sobre o corpo e a alma do indivíduo, afirmando sua racionalidade, que demanda uma realidade previsível e sem surpresas para qual é necessária a existência de sujeitos permanentemente adestrados.

Na classificação proposta por Faria (2008c), o autor identifica **sete categorias de controle psicossocial**: (i) o controle físico, (ii) o normativo, (iii) o finalístico, (iv) o político, (v) o simbólico-imaginário, (vi) o por vínculos e (vii) o controle por sedução monopolista.

O **controle psicossocial de caráter físico** teria como fundamento o domínio do corpo do indivíduo ou do grupo social, agindo através da violência, da exploração, de toda a sorte de concessões ou de impedimentos, de permissões e de proibições, de definição de espaços e de movimentos, de delimitação de tempo e de natureza do trabalho. A expressão deste controle pode ser encontrada na vigilância, nas normas e formas de relacionamento social estabelecidos nas organizações produtivas capitalistas, por

exemplo, a forma como se vestir, como se portar, qual o local e horário de trabalho, entre outros, que encontrem correspondência com a dominação sobre o corpo dos indivíduos.

O **controle psicossocial de caráter normativo** diz respeito às regras, normas e regulamentações, explícitas ou implícitas que regulam o funcionamento e a ordem da organização, segundo Faria (2008c), o controle normativo define os procedimentos burocráticos, suas atribuições de autoridade e responsabilidade, como as convenções que geram obediência e aceitação por imposição de natureza moral ou defensiva.

O **controle psicossocial de caráter finalístico** pode ser também entendido como controle por resultados, atua verificando e garantindo a realização da finalidade a que se propõe a organização. Faria (2008c) escreve que esse tipo de controle de baseia-se em sentimentos de cumplicidade e compromisso com a organização. Esse controle, na prática, se dá a partir do estabelecimento de objetivos e metas a serem cumpridos.

Faria (2008c) identifica que **controle psicossocial de caráter político** se refere nas organizações capitalistas contemporâneas ao controle compartilhado ou participativo, que cria espaços de participação dos trabalhadores nas tomadas de decisões organizacionais. Este controle psicossocial refere-se assim à construção e manutenção de convicções de envolvimento e da efetividade da participação do(s) indivíduo(s) no processo decisório.

O **controle psicossocial de caráter simbólico imaginário**, conforme Faria (2008c), diz respeito à adesão imaginária, através de um modelo de referências legitimado, utiliza-se de formas de competição interna, crenças, adesão por reconhecimento e prestígio, discurso conciliador, símbolos de sucesso e fracasso, entre outros.

O **controle psicossocial por vínculos**, conforme Faria (2008c) remete à concepção de um projeto social comum, a partir de contratos formais e **contratos psicológicos** estabelecidos entre indivíduo e organização, baseia-se em interesse e necessidades de amor, ternura, libido, identificação subjetiva ou inconsciente, confiança na organização e transferências egóicas.

Finalmente, **controle psicossocial por sedução monopolista**, de que fala Faria (2008c) caracteriza-se pela unificação do discurso, que exclui a vontade e o discurso singular dos indivíduos e os torna apáticos.

No livro "Poder Controle e Gestão" (Faria, 2017), o professor Faria, além de revisitar conceitos e análises propostas nos volumes um e três de a Economia Política do Poder, aqui apresentadas, nos apresenta sobre as condições para uma gestão democrática do processo de trabalho.

Desde 2009, com a publicação do livro "Gestão Participativa" (Faria, 2009), o professor Faria vem propondo reflexões sobre o que poderia se considerar uma gestão de fato democrática do processo de trabalho, tanto em unidades de produção tipicamente capitalistas, quanto em unidades de produção que se propõe como alternativas que compõem o que se chama de economia solidária, tais como cooperativas.

Faria (2009) analisa as **práticas de gestão** (i) **participativa restrita** e (ii) **participativa consultiva** nas **unidades produtivas capitalistas**, e reflete como essas práticas de gestão que promovem a participação nas organizações cumprem um papel de controle das contradições e possíveis conflitos decorrentes das tecnologias de gestão taylorista e fordista.

O autor discute como várias teorias de gestão de pessoas foram propondo ferramentas que incluem a participação dos trabalhadores, tais como os círculos de controle de

qualidade, o alargamento e enriquecimento do trabalho, o desenvolvimento de grupos semi autônomos, entre outras práticas de gestão, que envolvem os trabalhadores nas tomadas de decisões da organização. Estas ferramentas teriam efeitos diversos: em sua aparência fenomênica, a participação e envolvimento dos trabalhadores promovem melhorias nas condições de trabalho, uma vez que são percebidas pelos trabalhadores como fatores que ampliam sua autonomia, dão vazão a parte da sua criatividade, fazendo com que as atividades não sejam tao restritivas, simpificadas e repetitivas como no modelo de gestão taylorista e fordista, tendo sido vistas inclusive por alguns autores como ferramentas de gestão que humanizavam o trabalho. Em sua essência, no entanto, estas práticas não ampliam de fato a autonomia, nem possibilitam a participação dos trabalhadores enquanto classe para si. Isto é, embora individualmente, os trabalhadores possam se sentir valorizados e incluídos nas decisões das empresas, estas decisões ficam restritas a questões técnicas e operacionais, que não contrariam objetivos organizacionais mais amplos já determinados pela organização, não configurando uma participação efetiva dos trabalhadores, uma vez que estes são cooptados e seduzidos de modo a agir em prol do alcance dos interesses e objetivos da organização, objetivos estes, cuja determinação é realizada sem sua participação.

Conforme o professor Faria (2009) a economia solidária tampouco tem apresentado possibilidades concretas de autogestão que contemplem emancipação dos trabalhadores.

Sobre o que chama de **gestão participativa expandida**, caracterizada aqui pela economia solidária, Faria (2009) explana sobre como as formas cooperativas, participativas e solidárias de produção, comercialização e financiamento, mais do que se tratar de uma forma de fato participativa de autogestão do trabalho, mantém-se, em sua essência, como sistema de controle social, que não só não confronta o sistema capitalista de produção, como atua em complementariedade com sua atuação.

Faria (2009) aponta que economia solidária tem sido por vezes apresentada como uma forma de fazer frente a essas contradições do capital, agindo de forma a compensar suas mazelas, como opção de emprego e geração de renda para pessoas excluídas pelo sistema de capital sendo por vezes tida como uma nova forma de organização e produção passível de fazer frente e ser uma alternativa ao sistema capitalista de produção.

O que o Faria (2009) analisa é que, passando do aspecto fenomênico e do discurso a respeito da economia solidária as organizações que se enquadram dentro da lógica da economia solidária não deixam de fazer parte do sistema capitalista de produção, e, embora internamente possam se organizar de forma em alguma medida democrática e participativa, uma vez que fazem trocas com o mundo do capital não conseguem manter a mesma forma de atuação. O que algumas dessas organizações parece demonstrar é que internamente é possível uma gestão democrática, porém, não se pode ver essa reorganização interna como um processo que faça frente ao sistema de produção capitalista no qual se insere.

Se isso já é verdade para as organizações que de fato, ao menos internamente, assumem uma forma de organização solidária e democrática, tem-se ainda que a maioria das organizações entendidas como características da economia solidária não cumprem nem internamente esses pontos, uma vez que não são decorrentes de uma organização de iniciativa dos próprios trabalhadores (cooperados, por exemplo), sendo impostas, incitadas, incentivadas heteronomamente, isto é, partem de incubadoras acadêmicas, instituições religiosas, de empresas "socialmente responsáveis" ou, por exemplo, de políticas públicas, que definem não só os objetivos que devem ser atingidos, como "ensinam" os meios de organização "autônoma" para os trabalhadores associados. Faria (2009) considera essa forma de intervenção como paternalista. Seria uma forma de atuação em que o estado, a universidade, e diversos agentes exteriores, com é o caso de algumas propostas de intervenção em psicologia organizacional e mesmo psicolo-

gia do trabalho, na qual o que se verifica não é uma atuação de iniciativa da sociedade/ ou dos trabalhadores com sua participação organizada, e sim a utilização de organizações de economia solidária de forma a cumprirem interesses do capital.

Como se vê, a **gestão participativa** não pode ser confundida com uma **gestão democrática**.

Faria (2017) elabora sobre quais seriam as **condições para uma gestão democrática do processo de trabalho**. O faz a partir das elaborações de autores da 3ª geração da teoria crítica tais como Axel Honneth, Charles Taylor, e principalmente Nancy Fraser. O professor retoma as discussões sobre o conceito de reconhecimento social, e as bases de uma sociedade justa, mais especificamente, as três categorias de análise propostas por Nancy Fraser e as complementada com uma quarta categoria: a do reconhecimento emocional. Assim, tem-se que uma possibilidade gestão democrática do processo de trabalho pressuporia justiça em quatro dimensões: (i) econômica, (ii) social, (iii) jurídica-política e (iv) psicossocial, na forma de (i) **distribuição igualitária da riqueza material**, (ii) do **reconhecimento social**, (iii) da possibilidade de **representação paritária nas esferas de decisão**, e (iv) iguais possibilidades de **realização emocional**.

Assim uma definição do que poderia considerar como gestão democrática em organizações produtivas seria: uma organização que se encontra sob comando dos produtores diretos; os quais têm responsabilidades e/ou interesses recíprocos no processo de produção; se solidarizam a partir de um vínculo social comum ou recíproco; tendo em vista a obtenção de uma condição de emancipação com base no reconhecimento social de si pelos outros do sistema de vida em comum, pela redistribuição igualitária da riqueza material produzida coletivamente, pela participação paritária nas diversas instâncias de decisão e pela realização dos projetos com os quais se encontram emocionalmente comprometidos (Faria, 2017). Essa proposta

quadridimensional apresentada pelo professor Faria (2017) inclui no debate sobre reconhecimento social a categoria de realização emocional, à qual corresponde a dimensão psicossocial, demonstrando novamente a proximidade dos diálogos entre EPP e psicologia na construção dessa teoria.

Como conclusão da presente seção retomo a proposição de Faria (2017) que reforça o compromisso social de sua proposta da teoria da EPP com a emancipação humana. Escreve Faria (2017) que a práxis cotidiana revela o conflito permanente entre capital e trabalho e que durante a vigência histórica do sistema de capital não tem ocorrido processos de efetivação da emancipação humana. Conforme o professor, negar a alienação diante do sistema de capital significa, buscar construir relações de trabalho que resgatam os princípios da emancipação e integrar, novamente, o ser humano à sua atividade de trabalho enquanto essência de sua existência material/social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Busquei neste artigo evidenciar a influência do trabalho do professor José Henrique de Faria, e de sua teoria desenvolvida no campo dos estudos organizacionais denominada de Economia Política do Poder (EPP), na formação, pesquisa e atuação de psicólogos que buscam trabalhar com uma psicologia crítica e/ou com uma crítica da psicologia.

A partir de uma revisão de pesquisas de psicólogos participantes do grupo de pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (EPPEO) desenvolvidos sob orientação ou em coautoria com o professor Faria e que dialogaram EPP com diferentes abordagens críticas em psicologia foi possível identificar que as produções se concentram principalmente na área da psicologia e trabalho, mas também em psicologia e educação. Foi possível sistematizar os trabalhos realizados em três tipos de pesquisa: (i) análises críticas de práticas organizacionais; (ii) análises críticas sobre a Universidade

pública e seu lugar na sociedade capitalista; (iii) análises críticas de teorias organizacionais.

Quanto às características desses trabalhos, ficou evidenciado que as análises críticas de práticas organizacionais realizadas por psicólogos participantes do grupo EPPEO tem: (i) privilegiado como desenho de pesquisa o estudo de caso; (ii) adotado como procedimentos metodológicos estratégias de acesso a informações, interpretação e análise prioritariamente qualitativas, mas também quantitativas; (iii) privilegiado como campo empírico as unidades produtivas capitalistas (empresas), embora desenvolvam também a análise de práticas organizacionais em organizações não empresariais, organizações do Estado, tais como a universidade pública; (iv) quanto às abordagens da psicologia que tem sido dialogadas com a EPP, verificamos construções com a Psicossociologia, Psicodinâmica do Trabalho e também da Psicologia Histórico Cultural.

Quanto às análises críticas sobre a Universidade pública e seu lugar na sociedade capitalista verificamos que (i) também tem privilegiado como desenho de pesquisa o estudo de caso; (ii) também tem adotado como procedimentos metodológicos estratégias de acesso a informações, interpretação e análise prioritariamente qualitativas, mas também quantitativas; (iii) tem privilegiado como campo empírico a Universidade pública; (iv) quanto às abordagens da psicologia que tem sido dialogadas com a EPP, temos a presença da psicologia social crítica e da Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade conforme proposta pelo professor Fernando González Rey.

Já quanto às análises críticas de teorias evidenciamos que tem sido realizadas por psicólogos participantes do grupo EPPEO diálogos entre a EPP e referenciais teóricos de diversas abordagens críticas em psicologia, tais como a psicossociologia, a psicanálise de Freud e de Lacan, a psicologia crítica (de Ian Parker), a Psicologia Social Crítica (de Philip Wexler), e a Psicologia Histórico Cultural.

Evidencia-se assim que a proposta da teoria da EPP já de saída dialogava com abordagens críticas em psicologia, principalmente com construções da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e da Psicossociologia, e que, com a participação de psicólogos do grupo EPPEO desde o ano de 2002, a teoria da EPP tem sido tensionada com outras abordagens críticas em psicologia, tais como a psicanálise de Jacques Lacan, a Psicologia Social Crítica (Wexler, 1996) e Psicologia Crítica (Parker, 2014), a Psicologia Histórico-Cultural, a Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade proposta pelo professor Fernando González Rey, para mencionar algumas.

Argumento neste artigo, que a psicologia que se tem dialogado com EPP e construído no grupo EPPEO sob orientação ou em coautoria com o professor Faria é psicologia crítica tanto pelos referenciais que tem adotado, e também pelas características dos trabalhos que tem sido realizados.

Retomando as definições de Teo (2014), Dunker (2018) e Lacerda Junior (2013) do que seria uma psicologia crítica, pode-se verificar como as pesquisas aqui apresentadas se tratam de trabalhos que assumem muitas das características por eles destacadas.

Trata-se de trabalhos que objetivam realizar uma análise da psicologia no contexto das relações de poder, incluindo o poder da própria psicologia, como disciplina e como prática, e as influências que exerce nos processos de subjetivação; que buscam reconhecer e analisar a subjetividade em dimensões de análise mais amplas tais como a sociedade, história ou cultura (principalmente aqui se tem adotado o modelo de sete instâncias de análise proposto por Enriquez, 1997); que dão primazia à práxis sobre a teoria; que entendem o termo práxis no contexto de emancipação, libertação ou resistência; que apresentam reflexões e desconstruções da psicologia convencional, visando a proposição de conceitos, teorias e práticas alternativos; que discutem sobre a relação entre a subjetividade individual e a sociedade, sobre o papel do poder na/da psicologia, sobre os processos de subjetivação/individuação, sobre a importância da reflexivi-

dade e da intersubjetividade na pesquisa, sobre possibilidades e metodologias de mudança social e sobre posições ético-políticas a partir das quais psicólogos atuam (Teo, 2014).

Evidencia-se também que se trata de trabalhos que buscam a crítica da sociedade e/ou da psicologia (Lacerda Junior, 2013), bem como de trabalhos que buscam promover visibilidade dos processos de subjetivação/individualização na modernidade; tomando as origens da desigualdade entre as pessoas nas relações humanas, nas tensões sociais e não em características individuais naturalizadas; que analisam e revelam como a psicologia, enquanto ciência, teoria, profissão, prática, entre outros, está dominada por ideologias, que pensam o indivíduo reproduzindo ideologias de classe (Dunker, 2018). Os trabalhos analisados neste artigo compreendem publicações realizadas até o ano de 2021, sendo assim aproveito esta seção final para pontuar algumas discussões atuais que vem sendo realizadas pelo grupo de pesquisa EPPEO e trabalhos em andamento que sinalizam para perspectivas futuras dos diálogos entre EPP e abordagens críticas em psicologia.

Desde o ano de 2020 o grupo EPPEO vem realizando eventos de extensão de modo promover discussões sobre as contribuições da teoria da EPP em projetos de pesquisa e extensão. O objetivo tem sido refletir sobre a dinâmica da realidade e identificar necessidades atualização do EPPEO por meio de reorganização de suas linhas de pesquisa, das atividades acadêmicas e das ações político-sociais para mais bem contribuir com a análise crítica das relações sociais e de produção considerando os desafios diante do atual movimento da realidade histórica e social, de forma a responder às demandas sociais na atualidade. Participaram até o momento desses ciclos de debates mais de 100 interessados entre membros e egressos do grupo EPPEO, bem como da comunidade externa, discentes, docentes e demais pesquisadores.

Dentre as perspectivas futuras para discussões e trabalhos tirados a partir destes ciclos de debate destaco a seguir as questões que envolvem diálogos mais próximos à psicologia.

Tem sido pontuada a necessidade de observação permanente de práticas organizacionais, analisando novas formas de gestão do trabalho e de organização e suas relações com a produção de subjetividades. Destaca-se a necessidade de análise de novas configurações das organizações e da gestão, que se acentuam neste período da pandemia do Covid-19. Temos discutido nesse sentido se, e em que medida, esses desenvolvimentos mais recentes caracterizam uma nova reestruturação produtiva, e/ou se se trata de uma nova fase de exacerbação da gestão flexível, caracterizada pelos contratos temporários, terceirizações, uberização, precarização dos empregos, desemprego, deslocamentos forçados em decorrência de crises econômicas, políticas, ambientais, entre outros.

Tem sido pontuada também a necessidade de discussões sobre a abrangência da teoria da EPP em estudos organizacionais e para além de estudos organizacionais. Se trata a EPP de uma Economia Política do Poder **em** estudos organizacionais? ou de uma Economia Política do Poder **e, e para além de**, estudos organizacionais? A EPP contempla, por exemplo, possibilidades de análises com trabalhadores não organizados, ou em momentos de desorganização, como o caso dos trabalhadores desempregados? ou de nossos estudos com trabalhadores migrantes e refugiados? E quanto aos novos desenvolvimentos no mundo do trabalho que apontam para uma organização do trabalho de forma extra ou supra organizacional num sentido que extrapolam o âmbito de uma unidade produtiva (como o trabalho por aplicativos, por exemplo)? Esses questionamentos têm levado a reflexões sobre em que medida a EPP já da conta e em que medidas novas construções são necessárias para se pensar um trabalho além da dimensão da organização. Essas discussões já se refletem na própria mudança do nome de uma das linhas de pesquisa do grupo EPPEO, que se rebatiza de

“Organizações, Trabalho e Subjetividade”, para “Sociedade, Trabalho e Subjetividade” (EPPEO, 2021).

Ainda dentre os desafios futuros que envolvem diálogos entre EPP e psicologia cabe destacar que tem sido pontuada nos ciclos de debate a necessidade de reflexão e desenvolvimento de procedimentos metodológicos de pesquisa para além do estudo de caso, e de intervenções em psicologia e trabalho que sejam transformativas na realidade do trabalho, na cultura e nos modos de estar com o outro. Neste sentido temos realizado trabalhos considerando como desenhos de pesquisa a pesquisa-ação, a auto etnografia crítica (Parker, 2020) e as análises críticas de discurso.

Finalmente, destaco que tem sido apontados os desafios para a formação universitária de psicólogos e promovida por psicólogos que atuam com EPP em diversos cursos de graduação e pós-graduação, bem como a necessidade de se construir possibilidades para uma formação crítica em psicologia.

Com se vê, a teoria da Economia Política do Poder proposta pelo professor José Henrique de Faria tem há tempos influenciado o trabalho de diversos psicólogos e contribuído para a construção de abordagens críticas em psicologia no Brasil, especialmente na área de psicologia do trabalho. Os diálogos estabelecidos pelo professor José Henrique de Faria e seus orientandos e colaboradores entre EPP e diversos campos e teorias da psicologia tem constituído uma atividade de crítica permanente sobre essa posição teórica, que percebemos se reelaborar constantemente, assim a teoria da Economia Política do Poder se mantém relevante hoje, como desde a época de sua primeira proposição, no questionamento e enfrentamento dos modos hegemônico de ser e produzir.

REFERÊNCIAS

Adorno, Theodor W. (2015). *Ensaíos sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp.

Brüning, Camila (2016). *O Papel da Psicologia para a Administração*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Brüning, Camila (2010). *Sofrimento, prazer e adoecimento na linha de produção*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Brüning, Camila; Faria, José H.; Marques Junior, Karlo (2020). Work context in the automotive industry and damage to workers health. *Revista de administração da UFSM*, 13(2), 424-444.

Dunker, Christian I. L. (2018). *Nascimentos da psicologia: crítica ou ideologia?* Falando daquilo 33. 11 de abr. de 2018. Recuperado em 2 março, 2021 de: <https://www.youtube.com/watch?v=aU5sKZLFUCU&feature=youtu.be>.

Enriquez, Eugène (1991). *Da horda ao Estado – psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Enriquez, Eugène (1997). *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes.

Enriquez, Eugène, Dubost, Jean, Lèvi, André, & Nicolai, André (1994). *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes.

EPPEO (2021). *Espelho do grupo de pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (EPPEO)*. Recuperado em 2 março, 2021 de: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7547656377222368.

Faria, José H. (2019). A realidade e seu conceito: comentários sobre a crítica ao "sequestro da subjetividade". *Revista Eletrônica de Administração*, 25(1), 269-282.

Faria, José H. (2017). *Poder, controle e gestão*. Curitiba: Juruá.

Faria, José H. (2015a). Epistemologia crítica do concreto e momentos de pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 15-40.

Faria, José H. (2015b). Análise de discurso em estudos organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. *Teoria e Prática em Administração*, 5(2), 51-71.

Faria, José H. (2014) Economia política do poder em estudos organizacionais. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 1(1), 65-112.

Faria, José H. (2009). *Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas.

Faria, José H. (2008a). *Economia política do poder: fundamentos (v. 1)* (5a ed). Curitiba: Juruá.

Faria, José H. (2008b). *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração (v. 2)* (5a ed). Curitiba: Juruá.

Faria, José H. (2008c). *Economia política do poder: as práticas do controle nas organizações (v. 3)* (5a ed). Curitiba: Juruá.

Faria, José H. (Org.) (2007). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas.

Faria, José H.; Brüning, Camila (2013). "O problema dos mais novos": um estudo de caso sobre o conflito de gerações na linha de produção de uma montadora automotiva da Região Metropolitana de Curitiba. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 12(3), 6-21.

Faria, José H.; Meneghetti, Francis K. (2007). O sequestro da subjetividade. In José H. Faria. (Org.). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 45-68). São Paulo: Atlas.

Faria, José H.; Oliveira, Sidney N. (2007). A gestão da qualidade, subjetividade e desempenho organizacional. In José H. Faria (Org). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 190-202). São Paulo: Atlas.

Faria, José H.; Schmitt, Elaine C. (2007). Indivíduo, vínculo e subjetividade. In José H. Faria (Org). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 23-44). São Paulo: Atlas.

Faria, José H., Schmitt Ragnini, Elaine C., & Brüning, Camila (2020). Human displacement and social recognition: the working conditions and relations of refugees and displaced people in Brazil. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 278-291.

Faria, José H., Schmitt, Elaine C., & Meneghetti, Francis K. (2007). O imaginário vigiado nas relações de trabalho. In José H. Faria (Org). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 68-91). São Paulo: Atlas.

Faria, José H. & Soboll, Lis A. P. (2007). O controle político-ideológico e a exploração dos trabalhadores em um hospital: "contratar 'burro' para pagar pouco". In José H. Faria (Org). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais* (pp. 261-277). São Paulo: Atlas.

Faria, José H. & Walger, Carolina S. (2020). O lugar da universidade pública: referência social ou fator de desenvolvimento das forças produtivas? *Revista do NUPEM*, 12(27), 12-33.

Ferrarini, Norma L. (2005). *O espaço do contrapoder: o acesso à universidade pública e o perfil socioeconômico educacional dos candidatos ao vestibular da UFPR*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Ferrarini, Norma L. & Faria, José H. (2013). Análise do perfil socioeconômico educacional dos candidatos ao vestibular da UFPR antes da implementação do sistema de cotas. In Norma L. Ferrarini & Dirlene Ruppel (Orgs.). *Inclusão racial e social: considerações sobre a trajetória da UFPR* (pp. 115-144). Curitiba: UFPR.

Ferraz, Deise L. S. (2019). Sequestro da subjetividade: revisitar o conceito e apreender o real. *Revista Eletrônica de Administração*, 25(1), 238-268.

Ferraz, Deise L. S., Horst, Ana C., & Faria, José H. (2012). Reconhecimento social, redistribuição da riqueza material e paridade de participação. *Anais do Encontro Nacional de Estudos Organizacionais*, Curitiba, PR, Brasil, VII.

Horst, Ana C., Ferraz, Deise L. S., & Faria, José H. (2016). Proposta de estudo das lutas sociais no Brasil: uma análise de caso a partir de Nancy Fraser e István Mészáros. In Jaime García Ruiz, José H. Faria, Daniele Pontes, Valter Fanini, José R. V. Faria & Eduardo F. Silva (Orgs.). *Derecho a la ciudad y al trabajo: miradas desde Brasil y Cuba* (pp. 201-232). Curitiba: Kairós.

Kosik, Karel (1976). *Dialética do concreto* (7a ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lacerda Junior, Fernando (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicología*, 3, 216-263.

Lara Junior, Nadir, Dunker, Christian I. L., & Pavón-Cuellar, David (Orgs.). (2019). *Análise lacaniana de discurso: subversão e pesquisa crítica*. Curitiba: Appris.

Mendes, Ana M. & Ferreira, Mario C. (2008). Contexto de trabalho. In Mirlene M. M. Siqueira (Org.). *Medidas de comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e gestão* (pp. 111-123). Porto Alegre: Artmed.

Meyer de Moraes, Rafaela (2012). *Estratégias defensivas e relações de grupo: o trabalho do professor no capitalismo contemporâneo*. Dissertação de Mestrado, FAE - Centro Universitário, Curitiba, Brasil.

Nogueira, Conceição (2008). Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 235-242.

Parker, Ian (2020). *Psychology through critical auto-ethnography: academic discipline, professional practice and reflexive history*. London: Routledge.

Parker, Ian (2014). *Revolução em psicologia: da alienação a emancipação*. Campinas: Alínea.

Regatieri, Thaís L., Faria, José H., & Soboll, Lis A. P. (2014). Programas de trainee e a antecipação do sequestro da subjetividade. In Lis A. Soboll & Deise L. S. Ferraz (Orgs.). *Gestão de pessoas: armadilhas da organização do trabalho* (pp. 197-215). São Paulo: Atlas.

Rodrigues, Alexandra A. & Faria, José H. (2019). Desenvolvimento urbano e gentrificação: reflexões sobre governança política e reconhecimento social. In Valdir F. Denardin & Alan A. Ripoll (Orgs.). *Desenvolvimento territorial: olhares contemporâneos* (pp. 141-151). Londrina: Mecenias.

Schmitt Ragnini, Elaine C. (2003) *Controle social, vínculo e subjetividade: estudo de caso em uma organização multinacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Schmitt Ragnini, Elaine C. (2014). *Saúde mental no trabalho – por uma incidência do discurso psicanalítico no campo da saúde do trabalhador*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Soboll, Lis A. P. (2003). *Controle e exploração: a produção capitalista numa unidade hospitalar*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Targa, Tais A. (2006). *A ideologia da gestão capitalista no processo de seleção de profissionais de alto nível hierárquico*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Teo, Thomas (2015). Critical psychology: geography of intellectual engagement and resistance. *American Psychologist*, 70(3), 243–254.

Teo, Thomas (2014). *Encyclopedia of critical psychology (4 vol.)*. Dordrecht: Springer.

Tezza Magnin, Luana S. L. (2020). *Trabalho intensificado, subjetividades controladas e alienação nas universidades federais: uma contribuição à análise das políticas de avaliação científica*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.

Tezza Magnin, Luana S. L., Faria, José H., Penteado, Raphael C., Takahashi, Adriana R. W. (2020). Produtivismo na pós-graduação em administração: posicionamento dos pesquisadores brasileiros, estratégias de produção e desafios enfrentados. *Revista Eletrônica de Administração*, 26(2), 265-299.

Tezza Magnin, Luana S. L. & Faria, José H. (2018). Trabalho intensificado, subjetividades controladas e alienação nas federais: autonomia e flexibilidade do pesquisador transformadas em ficção? *Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*, Curitiba, PR, Brasil, V.

Tezza Magnin, Luana S. L., Faria, José H., & Rossler, João H. (2020). Imagination and the control of subjectivity in the field of work: creative imagination and conformist and fatalist realism. *Cuadernos de Psicología*, 22(2), e1579.

Vasconcelos, Amanda & Faria, José H. (2007) Os paradoxos entre saúde mental no trabalho e as estratégias organizacionais de promoção da saúde do trabalhador: um estudo de caso. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXI.

Vasconcelos, Amanda & Faria, José H. (2008). Saúde mental no trabalho: contradições e limites. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 453-464.

Wexler, Philip (1996). *Critical social psychology*. New York: Peter Lang Publishing.

ECONOMIA POLÍTICA DO PODER E PSICOLOGIA CRÍTICA: DIÁLOGOS E CONSTRUÇÕES A PARTIR DA OBRA DE JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Resumo

O artigo busca evidenciar a influência do trabalho do professor José Henrique de Faria, e de sua teoria desenvolvida no campo dos estudos organizacionais denominada de Economia Política do Poder (EPP), na formação, pesquisa e atuação de psicólogos que buscam trabalhar com uma psicologia crítica e/ou com uma crítica da psicologia. O artigo apresenta: (i) uma contextualização do que é a teoria da EPP; (ii) o que se entende por psicologia crítica; (iii) uma revisão de pesquisas realizadas por psicólogos participantes do grupo de pesquisa Economia Política do Poder e Estudos Organizacionais (EPPEO) desenvolvidos sob orientação ou em coautoria com o professor Faria e que dialogaram EPP com diferentes abordagens críticas em psicologia, destacando os problemas de pesquisa, os campos empíricos e que abordagens da psicologia têm sido tensionadas em diálogos com a EPP; (iv) os principais aportes conceituais da EPP utilizados nestas reflexões; e (v) considerações sobre construções atuais e desafios futuros.

Palavras chave

José Henrique de Faria. Economia política do poder. Psicologia crítica.

ECONOMÍA POLÍTICA DEL PODER Y PSICOLOGÍA CRÍTICA: DIÁLOGOS Y CONSTRUCCIONES A PARTIR DE LA OBRA DE JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Resumen

El artículo pretende destacar la influencia de la obra del profesor José Henrique de Faria, y de su teoría desarrollada en el ámbito de los estudios organizacionales denominada Economía Política del Poder (EPP), en la formación, investigación y actuación de los psicólogos que pretenden trabajar con una psicología crítica y/o con una crítica de la psicología. El artículo presenta: (i) una contextualización de lo que es la teoría del EPP; (ii) qué se entiende por psicología crítica; (iii) una revisión de las investigaciones realizadas por los psicólogos participantes en el grupo de investigación Economía Política del Poder y Estudios Organizacionales (EPPEO) desarrollado bajo la dirección o en coautoría con el profesor Faria y que dialogan el EPP con diferentes enfoques críticos de la psicología, destacando los problemas de investigación, los campos empíricos y qué enfoques de la psicología han entrado en tensión en los diálogos con el EPP; (iv) las principales aportaciones conceptuales de la EPI utilizadas en estas reflexiones; y (v) consideraciones sobre las construcciones actuales y los retos futuros.

Palabras clave

José Henrique de Faria. Economía política del poder. Psicología crítica.

POLITICAL ECONOMY OF POWER AND CRITICAL PSYCHOLOGY: DIALOGUES AND CONSTRUCTIONS BASED ON THE WORK OF JOSÉ HENRIQUE DE FARIA

Abstract

The article seeks to highlight the influence of the work of Professor José Henrique de Faria, and of his theory developed in the field of organizational studies called Political Economy of Power (PPE), on the training, research and performance of psychologists who seek to work with a critical psychology and/or with a critique of psychology. The paper presents: (i) a contextualization of what the theory of EPP is; (ii) what is meant by critical psychology; (iii) a review of research conducted by psychologists participating in the Political Economy of Power and Organizational Studies (EPPEO) research group developed under the guidance or in co-authorship with Professor Faria and that have dialogued EPP with different critical approaches in psychology, highlighting the research problems, the empirical fields and which approaches to psychology have been tensioned in dialogues with EPP; (iv) the main conceptual contributions of PPE used in these reflections; and (v) considerations about current constructions and future challenges.

Keywords

José Henrique de Faria. Political economy of power. Critical Psychology.

CONTRIBUIÇÃO

Camila Brüning

A autora declara que realizou todas as etapas associadas ao texto, sendo o único responsável pela sua redação.

AGRADECIMENTOS

-

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

A autora declara que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

A autora declara não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Brüning, Camila (2021). Economia política do poder e psicologia crítica: diálogos e construções a partir da obra de José Henrique de Faria. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(22), 530-602.